

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA
PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

REUNIÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUDIÇÃO
COM
MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

SEM REVISÃO FINAL

O Sr. **Coordenador** (Guilherme Silva): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 18 minutos.

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, antes de mais, queria agradecer a vossa disponibilidade para virem ao Grupo de Trabalho.

Este Grupo de Trabalho, como sabem, foi constituído por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, na sequência de um ano de 2013 muito problemático, como também melhor do que ninguém sabem, em matéria de incêndios e o mandato que temos é de concluirmos um relatório, que leve à tomada de iniciativas legislativas que permitam tornar mais geracional, mais eficaz, as acções de prevenção e de combate aos incêndios, eliminando alguns constrangimentos legislativos, alguns dos quais já se identificaram, e recomendar ao Governo medidas que vão também no mesmo sentido, ou seja, de uma maior eficácia na prevenção e no combate aos incêndios.

Fizemos um conjunto de audições de entidades ligadas a este sector, desde bombeiros, da protecção civil a académicos e, em termos de encerramento, foi decidido, para além dos Secretários de Estado, que já ouvimos, ouvir também os Ministros das áreas mais conexas com esta matéria, como é o caso do Sr. Ministro da Administração Interna.

Vamos adotar o método de dar a palavra a cada um dos Grupos Parlamentares, por cinco minutos, para colocarem as questões ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado, que, no fim, responderão.

Costumámos começar pelos Grupos Parlamentares mais pequenos, mas, desta vez, vamos fazer ao contrário e, portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Lynce.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente e, se me permite, cumprimentava o Sr. Ministro da Administração Interna assim como o Sr. Secretário de Estado.

Provavelmente, no tempo de que dispomos e porque se trata, como Sr. Ministro calculará, de uma síntese do que ouvimos até agora, as nossas perguntas vão ser muito sistematizadas, sendo apenas meia dúzia, mas prometo que vou manter os 5 minutos.

A primeira pergunta é sobre a formação e o equipamento dos bombeiros. Trata-se de uma das situações que tem sido muito discutida, nomeadamente se a Escola deve ou não deve estar entregue nas condições em que está. Aliás, repare, é curioso que em todas as audições que temos efetuado temos encontrado, mesmo entre elas, grandes divergências, o que, em certa medida, creio que, para o Sr. Ministro, não é uma novidade. Mas como é que, eventualmente, havemos de atenuar essas situações?

O segundo ponto, que temos aqui, era sobre os meios mecânicos, nomeadamente no sentido de que, se, porventura, o Sr. Ministro pensa em investir mais ou não em Canadairs, investir em aviões tipo anfíbio, qual o papel dos tratores de rasto que nos parece que, eventualmente, poderá talvez ser um meio insubstituível e que poderá trabalhar até fora do período dos fogos.

Depois, também houve outro problema que nos fez alguma confusão que é o problema dos Planos de Emergência Municipais. Consta que apenas 30% - esperemos que sim, que sejam mesmo 30% - estão em execução ou que estão, pelos, menos aprovados. E, sobre isto, uma vez que estão aprovados, perguntava o que é que, eventualmente, o Ministério pensa que se poderá fazer em relação a isso.

A partir daqui, temos outra situação que é o problema das aplicações das coimas, que é uma das coisas que, eventualmente, neste momento, todas as audições, foram claras de que essas coimas, enfim, praticamente não passam do papel. E a pergunta é: o que é que o Ministério pensa sobre como é que deveria ser, ou seja, se deveria ficar nos municípios ou se não deveria ficar nos municípios.

E, agora, temos aquela que nos parece, neste momento, de maior profundidade, que a pergunta sobre de que modo pensam que será possível reduzir o número de ignições. Todas as corporações que ouvimos, enfim, todos os intervenientes disseram que sim senhor, que para as 200 ou 300 diárias é possível, que temos condições, mas que, além disso, é muito difícil ou é quase impossível, na verdade, fazer o combate. Enfim, essa é a mesma história que temos com a água, isto é, se toda a gente abrir a água ao mesmo tempo, não há água ou não é suficiente. Por isso, há aqui a necessidade de haver um equilíbrio entre uma eficiência e, simultaneamente, as condições em que é possível fazer.

Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado, esta seria, enfim, a nossa síntese de meia dúzia de perguntas, sendo que, provavelmente, algumas

delas vão coincidir com as dos restantes Grupos Parlamentares, mas sobre que gostaríamos de ouvir a vossa opinião sobre isto.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Desejo cumprimentar o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado, quer em meu nome pessoal, quer em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e, também muito sinteticamente, Sr. Ministro, queria colocar-lhe algumas questões

Sobre a questão dos incêndios florestais, em toda a sua dimensão, queria procurar respostas para minimizar os efeitos dos incêndios florestais. E a questão que coloco, Sr. Ministro, é como é que vê a relação do Estado com os corpos de bombeiros.

Os corpos de bombeiros dependem, organicamente, das associações humanitárias, mas, funcionalmente, são dependentes da Autoridade Nacional e, portanto, há que definir qual é, efetivamente, a relação, que considera que existe, do Estado com os corpos de bombeiros, acima de tudo para, depois, percebermos onde é que entra a relação da administração local, nomeadamente dos presidentes de câmara com os corpos de bombeiros, que não têm a mesma tutela relativamente aos corpos de bombeiros.

Depois, relativamente à estrutura de comando, Sr. Ministro, o SIOPS tem funcionado no ataque ampliado, porque nós vemos que há dificuldade de cumprir o SIOPS, acima de tudo, dado o número de ignições em simultâneo que não permite, efetivamente, manter o posto de comando operacional tal como ele está definido no SIOPS. E a questão é, também, muitas vezes, não só pelo número de ignições mas também porque, efetivamente, ainda não existe uma cultura de formação imediata do posto de comando operacional, nos termos em que ele está definido, para que possa ser dada resposta imediata.

Refiro-me, por exemplo, à necessidade imediata de estar o técnico florestal, de estar, enfim, um conjunto de adjuntos no posto de comando operacional para que possam avaliar e não deixar ampliar o incêndio. A verdade é que, muitas vezes, o posto de comando operacional só efetivamente em ataque ampliado é que é constituído. E isto leva-me

também para a questão do apoio logístico. Continuam as queixas e temos que resolver isto também, de uma vez por todas, creio eu, e temos de procurar soluções para elas. A lei diz que tem de haver uma célula de logística para apoio e a verdade é que nós continuamos a ter agentes de proteção civil no teatro de operações sem alimentação, descoordenados, muitas vezes, em termos de localização do próprio posto de comando, enfim, várias questões que têm de ser relacionadas, acima de tudo, na perspetiva do apoio logístico.

Outra questão, Sr. Ministro, é relativamente aos planos de emergência, cuja questão já foi colocada, e que, em muitas situações municipais, não estão ainda resolvidas, mas a verdade é que, resolvidas ou não, não foram acionados planos municipais nem o distrital, no Algarve em 2012, nem, este ano, em lado nenhum.

Tivemos aqui o Sr. Comandante Operacional Nacional a dizer que o Sr. Presidente da Câmara de Alfândega da Fé chegou com a máquina de arrasto à ponta do concelho, à fronteira, e voltou para trás porque não deixou a máquina de arrasto funcionar. A verdade é que se o Sr. Comandante Nacional tivesse ativado o plano distrital, teria a máquina de rasto porque ela deveria estar identificada no plano de emergência.

Portanto, temos também que ver se os planos municipais e distritais, nomeadamente o distrital, que depende já da estrutura de comando, estão atualizados também eles, o que é que se tem feito na sua atualização e por que é que se justifica esta resistência ao acionamento dos planos de emergência?

Outra questão, Sr. Ministro, que acho que, nesta sede, também temos de resolver, prende-se com a regulamentação da Lei de Bases. Há, obviamente, uma experiência adquirida relativamente à aplicação da Lei de Bases da Proteção Civil, mas a verdade é que ela nunca foi regulamentada e creio que a sua regulamentação pode resolver alguns problemas em relação ao cumprimento das orientações e ao cumprimento de normas, que algumas têm carácter sancionatório, mas que não é aplicada, precisamente pela falta de regulamentação. E creio que, aqui, nós podíamos ter um papel importante nessa regulamentação.

E ficava por aqui.

Muito obrigada, Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador: - Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, nós estamos aqui numa situação, que não é quase de confronto mas é mais de identificação de alguns dos problemas, mas não foram aqui focadas duas questões sobre que gostaria de ouvir a opinião do Sr. Ministro ou do Sr. Secretário de Estado.

Os incêndios florestais são um problema económico, são um problema ambiental, são um problema de ordenamento do território, mas são também um problema de segurança civil, isto é, não é só de protecção civil mas de segurança civil de pessoas e de bens e, nessa medida, a questão da prevenção primária, no que diz respeito ao ordenamento da floresta, não é da responsabilidade do MAI mas, no que diz respeito à questão do policiamento, da fiscalização e até de propor algumas ações no âmbito penal, compete muito à parte do Ministério da Administração Interna. Ora, além da questão do ataque aos fogos florestais, quanto à questão do policiamento, Sr. Ministro, não deveria haver aqui um reforço nesta matéria?

O Sr. Deputado Pedro Lynce, há bocadinho, punha a questão, e bem, porque é um dos problemas que acho que é preciso tratar, que é a questão do levantamento das coimas nomeadamente na falta de limpeza ou no não cumprimento das diretivas no que diz respeito à protecção, sobretudo de casas e de bens, no âmbito do património construído.

Ora, as informações que aqui nos foram dadas, quer pela GNR quer por outros agentes, é de que muito poucos dos autos que são levantados, na maior parte dos casos, nem sequer são concluídos e, dos que são concluídos, as penas pecuniárias aplicadas são muito baixas ou praticamente inexistentes. Portanto, o efeito dissuasor do processado da contraordenação perde-se aqui completamente.

Sei que o Ministério está a trabalhar nesta matéria e pretende até alterar esta situação no sentido de que não seja aplicada a coima pela respetiva autarquia. E eu entendo perfeitamente porque é que isto, às vezes, não é fácil. Estamos a falar de autarquias que são municípios pequenos, onde as pessoas se conhecem, onde não é fácil resolver esta questão e acho que deveria haver aqui um maior afastamento relativamente a isto, por um lado, e, por outro lado, há aqui uma questão que tem a ver não só propriamente com a questão dos incêndios, mas tem a ver com o problema

estrutural dos incêndios e do voluntariado, em que todos nós acreditamos e queremos que continue, que é a questão do estatuto dos bombeiros.

Por exemplo, no distrito de Viana do Castelo há uma dificuldade enorme em conseguir recrutar bombeiros, porque, desde logo, não há jovens para fazer a formação e também porque o estatuto do bombeiro não é propriamente muito aliciante.

Há aqui algumas questões que poderiam e deveriam ser trabalhadas, desde logo a questão da idade da reforma dos bombeiros que, depois, não coincide com a idade da reforma que a Segurança Social tem definida em termos de aposentação, a questão do próprio benefício que o estatuto hoje dá aos bombeiros e, portanto, há aqui algumas questões que acho que valeria a pena trabalhar no sentido de se conseguir um maior número de pessoas dedicadas a esta matéria.

Finalmente e para terminar, o Sr. Deputado Pedro Lynce pôs a questão muito genericamente, mas eu, ainda ontem, em contacto com uma corporação de bombeiros do meu distrito, a Sr.^a Presidente da direcção me dizia duas coisas, sendo uma delas a de que, por exemplo, eles foram buscar uma ambulância com cinco anos a Espanha, porque, ao fim de cinco anos, em Espanha, a mesma não pode continuar a trabalhar e a ambulância veio para lá e é a melhor ambulância que a corporação tem. Por 1500 euros compraram a melhor ambulância da corporação.

A segunda questão é que as ações de formação feitas em cursos de formação para bombeiros no país vizinho são de uma eficácia maior do que a nossa. E, quando digo de «uma eficácia maior», é porque a formação é feita com maior proximidade. Eles têm algumas dificuldades como, por exemplo, em relação a bombeiros da ponta do país, há alguma dificuldade em fazer deslocar voluntários que, normalmente, são pessoas que trabalham e têm de fazer formação a 100 ou 150 quilómetros, que são formações pós-laboral e que é muito difícil isto acontecer. Ora, teria de haver aqui, para já, alguma questão de descentralização nesta matéria.

A outra questão é a seguinte: no próprio curso há alguma alteração no que diz respeito ao programa de execução para o curso de bombeiros? Há algum trabalho nesta matéria?

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Muito obrigado, Sr. Coordenador e Srs. Deputados.

Desejo cumprimentar também, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado que, julgo, será a primeira vez, pelo menos aqui no Grupo de Trabalho é com certeza, mas, nestas matérias, também é a primeira vez que temos oportunidade de contactar.

Sr. Ministro, começava por lhe perguntar qual é a sua perspetiva relativamente ao peso da responsabilidade política, isto é, o que é que acha, em termos percentuais, qual é a responsabilidade política que o Sr. Ministro tem e que tem o Ministério da Administração Interna em matéria de incêndios florestais e qual é o peso da responsabilidade política que tem o Ministério da Agricultura. Isto porque, ao longo do período de incêndios, do que ouvimos falar foi sobre as causas criminais, nas razões meteorológicas e falou-se muito pouco sobre política e sobre ordenamento florestais. Até no âmbito dos *briefings* que eram feitos com a Sr.^a Ministra, o PCP teve oportunidade de colocar essa questão e a Liga de Bombeiros Portugueses também reclamou relativamente a isso. A Sr.^a Ministra da Agricultura não participou nalguns *briefings* que foram feitos sobre esta matéria. É verdade que a Sr.^a Ministra já lhe pagou, pois ela agora andou a «roçar mato» com o Tony Carreira e também não convidou o Sr. Ministro para lá estar e, por isso, pagou-lhe na mesma moeda.

Mas, por isso, gostava de perceber qual era aqui o peso político, que o Sr. Ministro entende que há de um lado e de outro. E também gostava de saber qual é a avaliação que faz da política florestal, tendo em conta que o Sr. Ministro tem a responsabilidade do combate e da salvaguarda de um conjunto de bens dos quais não tem a responsabilidade política e, por isso, gostava de saber sobre esta avaliação.

Em termos de combate chegaram-nos aqui alguns problemas relacionados, por exemplo, com o conhecimento do terreno, com algumas dificuldades de quem tem a responsabilidade do comando porque, muitas vezes, não havia conhecimento no terreno e isto não deixa de se cruzar com algumas mortes que aconteceram, normalmente até de corporações que vinham de fora da área, onde isso acontecia.

Depois, também, em termos do terreno, aquilo que é a coordenação. Esta preocupação foi-nos colocada pela GNR que, muitas vezes, está a primeira intervenção no terreno e já vem quem vem fazer o segundo ataque, nomeadamente o contrafogo, e não tem em conta quem já está no

terreno. Esta preocupação era colocada pela GNR relativamente à salvaguarda do SEPNA.

Outra questão tem a ver com a formação. Percebemos que há aqui diferentes níveis entre a Escola Nacional de Bombeiros, mas, depois, há as equipas de sapadores florestais, que têm formação a outro nível, e muitas outras que estão no terreno, mas, porque não são formadas pela mesma estrutura, pode haver aqui uma formação diferenciada e, por outro lado, a questão que várias entidades colocaram aqui é entre a formação e o treino, valorizando aquilo que é a formação inicial dos bombeiros e que temos uma boa Escola, como nos foi referido, grosso modo, e que têm boa capacidade de formação, mas, depois, há o continuar do treino desses homens que, muitas vezes, não têm essa oportunidade e só podem fazer treino na altura dos incêndios. Também gostava de perceber como é que podemos ultrapassar essa dificuldade.

Relativamente a outras questões da GNR, uma delas tem a ver com o SEPNA e com o corpo de guardas florestais, o ICNF manifestou aqui alguma preocupação com o facto de deixar de ter uma estrutura no terreno e percebemos que a GNR se sente bem com esta estrutura, embora o Sr. Comandante nos tenha dito que, enquanto comandante, não as queria, mas, enquanto político, também não havia noutro sítio, em termos do SEPNA.

Portanto, a pergunta era se entende que esta passagem, a absorção do corpo dos guardas florestais, cumpre aquilo que é devido.

Por outro lado, a GNR também nos disse aqui que acha que a rede dos postos de vigilância não devia estar na GNR, devia passar para o ICNF e, portanto, gostava de saber qual é a avaliação que está a ser feita acerca disso e se está a ser equacionado ou não.

E, ainda no âmbito deste processo e quanto ao processamento das coimas e das multas, em que a GNR manifestou o incómodo por fazer o levantamento dos processos e, depois, maioritariamente, eles não terem continuidade, já se ventilou por aí a possibilidade de a GNR concentrar tudo e, portanto, perguntava em que ponta da situação é que isso está.

Depois, também gostava de saber, Sr. Ministro, como é que isto se articula com a administração interna, pois percebemos aqui que as queimadas, que são fundamentais para renovação dos pastos e, por isso, são praticadas por alguns pastores, isto, depois, quando não são na altura adequada, têm efeitos, muitas vezes, nefastos e, por isso, gostava de

perceber como é que, do ponto de vista da administração interna, podemos fazer isso, fazendo as queimadas nas alturas indicadas.

E, depois, mesmo para terminar, Sr. Ministro, gostava de saber quando é que podemos discutir o relatório. Percebemos as reservas e achamos que até eles podiam ser discutidos à porta fechada, aqui, neste Grupo de Trabalho, mas perguntava se isso é possível e até que ponto é que podemos fazer essa discussão, porque temos solicitado a oportunidade de poder olhar para os relatórios.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Desejo cumprimentar o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado e também colocar algumas questões sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, queria dizer-lhe duas coisas: não sei até que ponto o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado têm tido disponibilidade para acompanhar os trabalhos deste Grupo, e acredito que sim, mas com certeza que foram informados que temo-nos dado conta de uma grande diversidade de problemas e, pessoalmente, até sinto um pouco a necessidade de entrarmos numa fase em que é preciso começar a perceber aquilo que é principal, aquilo que é prioritário, que não quer dizer que seja a mesma coisa, para começar a atuar para que, de facto, se consiga ter resultados. E, em tudo isto, pelo menos na minha ótica, há um setor que é fundamental, por aquilo que temos ouvido, que é o problema da prevenção e o problema do ordenamento da floresta.

O ordenamento da floresta é aqui uma questão central, chave, e infelizmente não é de solução rápida, embora fosse bom que assim fosse. No entanto, há que investir aí, e, hoje, temos cá a equipa da administração interna e, também na equipa da administração interna, na minha avaliação, existem alguns pontos-chave, que vou tentar dizer quais são, embora alguns já foram ditos pelos Srs. Deputados que me antecederam, mas provavelmente haverá outros ou não teremos todas as soluções para já. Aliás, ficaria preocupada se já tivéssemos todas as soluções porque era sinal de que alguma coisa não estava a funcionar bem.

E a primeira questão, em termos da equipa da Administração Interna, é a dos bombeiros, que é uma questão central. E problemas como a

articulação no teatro de operações entre as diversas corporações de bombeiros, as questões do comando, a questão dos apoios e da logística, já aqui levantada pela Sr.^a Deputada Isabel Oneto, penso eu, que é fundamental. Quer dizer, ouvir o que ouvimos aqui na Comissão – dos bombeiros e de mais ninguém - que os bombeiros não têm comida, que não têm água, que não têm onde tomar banho, que, quando chegam a uma terra, não lhes disponibilizam um local para colocar tudo, isto, de facto, tem que terminar e penso eu que pode terminar rapidamente até porque a solução é como eles disseram «não há terra que não tenha um pavilhão desportivo e, por exemplo, basta isso para pôr lá».

Quanto à questão dos equipamentos, como é que é? E, já agora, se me permitem, cruzando isto com o relatório, que o Ministério encomendou e a que já temos acesso, verificamos como essas questões estão aqui todas colocadas. Aliás, agora, não temos tempo para tudo, mas diz «não se poupe dinheiro em equipamento» e outras coisas tão básicas como «que o bombeiro deve levar o seu equipamento sempre», o que faz supor que não levam e, portanto, é, de facto, é um bocadinho (...).

E, depois, o problema central que é a formação e eu acho que também, neste aspeto, temos que ser absolutamente frontais e gostava de saber a opinião do Sr. Ministro, perguntando também se a escola está a cumprir o seu papel quanto à formação, aos conteúdos, à forma, a quem administra, tudo. Estou a falar assim rapidamente porque o tempo não o permite de outra maneira. Enfim, como é, está ou não está a cumprir?

Acho que temos de tomar decisões para futuro, enquanto sociedade, sobre esta matéria porque, lendo o relatório, mais uma vez, diz uma coisa tão simples como esta, que são pormenores mas que acabam por elucidar o que se passa, «é preciso que exista uma comunicação verbal ou gestual inequívoca no teatro de operações». Isto é o que diz o relatório, o que quer dizer que não há. É a conclusão que se tem de tirar.

Chegados aqui, pergunto como é que estamos em termos de formação e como é que os bombeiros comunicam entre eles, como é óbvio. Portanto, essa é uma questão.

O tempo já lá vai, os assuntos são tantos que o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado ainda vão voltar a este Grupo de Trabalho, com certeza.

Mas permita-me que lhe coloque mais uma questão, que também tem a ver com a sua área e que também vem no relatório, que é a questão do

envolvimento da população, da cidadania. O relatório faz referência a quem tem quem se dar um salto, por assim dizer, no envolvimento de quem combate os incêndios, desde o início, e que é preciso envolver a população porque a população deve saber como é que se combate um incêndio, o que é que deve fazer, a própria vigilância, embora, aqui, seja um bocadinho discutível, como o Sr. Ministro sabe, mas é uma questão que vai até para além do envolvimento das próprias autarquias, é uma vertente nova. Pessoalmente também ainda não pensei muito nela, vi-a no relatório, mas perguntava se existe algum pensamento sobre isso.

E, para já, eram estas as questões.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Relator Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas (PS)**: - Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Naturalmente, quero começar por cumprimentar o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado.

Sr. Ministro, neste Grupo de Trabalho, para além de procurarmos respostas imediatas, julgo que seria mais interessante procurarmos respostas com um horizonte de médio e longo prazo. Isto é, creio que este é um momento de trabalharmos com um horizonte de 2020, temos um conjunto de instrumentos que estamos a preparar nessa perspectiva e, portanto, é evidente que é necessário respostas rápidas, mas também é necessário fazermos aqui alguma programação e as minhas questões eram um bocado nesse sentido.

Em primeiro lugar, em reposta rápida, sobre questões que têm surgido, clarificação do nível local nacional, o que é que o Sr. Ministro pensa que é possível fazer e bem assim consolidação do nível regional e intermunicipal. Isto é, nós temos um problema de impasse, do ponto de vista da organização administrativa do Estado, e isso reflete-se também ao nível do Ministério da Administração Interna. Como é que o Sr. Ministro vê essa questão?

A segunda questão é sobre o financiamento dos bombeiros. Necessitamos ter um novo modelo de financiamento dos bombeiros ou não? Ou o Sr. Ministro sente-se confortado e pensa que o modelo que existe é o modelo que resolve? Isto porque, naturalmente, as autarquias

colocam-nos algumas questões relacionadas com o financiamento dos bombeiros e a diferenciação entre o modelo de financiamento dos bombeiros voluntários e dos bombeiros municipais e, por outro lado, há também a questão do financiamento em função do risco, isto é, em função da tipificação das zonas de intervenção.

Em terceiro lugar, gostava de começar pela necessidade de programação: primeiro, sobre a aquisição de meios aéreos, gostava que o Sr. Ministro nos dissesse, com toda a frontalidade, se considera que, até 2020, o país tem ou não tem condições de fazer a aquisição de algum meio aéreo para além daqueles que tem. Isto é, o país tem ou não tem condições, até 2020, de o fazer, para não estarmos sempre a discutir essa questão, parecendo que, a qualquer momento, isso pode acontecer.

Segundo, relativamente à profissionalização, o Sr. Ministro acredita ou não que, no momento em que temos riscos, que são cada vez mais frequentes e mais intensos, temos de encaminhar-nos para, digamos, um sistema mais profissionalizado e como é que isso se pode fazer. Pode-se fazer, através do reforço das equipas de intervenção permanente nos corpos de bombeiros voluntários, pode-se fazer no reforço da força especial de bombeiros e proteção civil? Como é que isso se compatibiliza com os GIPS, com os Grupos de Intervenção, Proteção e Socorro, isto é, profissionalização? E há ou não um horizonte para trabalharmos para isso? Isto é, como isso não se faz de um dia para o outro, temos o horizonte de 2020, há alguma meta, não há metas? Como é que tem isso programando?

A terceira questão é relacionada, também ainda, com questões de médio e longo prazo e, relativamente à formação, a pergunta concreta que tenho é se devemos ou não, em Portugal, ter uma carreira de gestão de emergências. É uma pergunta concreta, que tem a ver com toda a estrutura de comando e com a uniformização da formação dos comandantes a nível nacional ou se devemos continuar a ter, digamos, esta formação errática do ponto de vista do comando.

Finalmente, quanto ao período de programação, temos o próximo período de programação até 2020 e, portanto, os fundos estruturais. Pergunto o que é que a Proteção Civil tem no domínio dos fundos estruturais, qual é o investimento previsto nessa matéria e se a prioridade vai ser para os equipamentos individuais de combate, se, como o Prof. Xavier Viegas propõe, há o reforço de investimento nomeadamente nos equipamentos de socorro dos bombeiros em combate, nomeadamente, por

exemplo, quanto a uma proposta concreta de ambulâncias com todo terreno, com possibilidade de chegarem a qualquer espaço? Portanto, gostava de ouvir a sua opinião sobre estas questões.

Finalmente, Sr. Ministro, tenho uma pergunta sobre que gostava de uma resposta muito concreta: a GNR considera que os postos de vigilância não devem ser da sua competência, mas deviam ser da competência das autarquias e a Associação Nacional de Municípios diz desde que isso seja contratualizado.

Gostava de saber, Sr. Ministro, se o Ministério está em condições de dar uma resposta sobre se sim ou não se mantém os postos de vigilância na GNR, há uma transferência, há uma contratualização, qual é o caminho?

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado, agora, façam a gestão que quiserem para o que dispõem de um quarto de hora.

O Sr. **Ministro da Administração Interna** (Miguel Macedo): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se estivermos a exceder o tempo, queira fazer o favor de nos impedir do abuso.

O Sr. **Coordenador**: - Dispõe de 20 minutos.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: - Queria começar por agradecer a oportunidade que nos dão – o anterior Secretário de Estado com área da proteção civil já teve oportunidade de estar aqui, nesta Comissão.

Temos, evidentemente, acompanhado com atenção e tenho, aliás, resumo daquilo que foi sendo dito nas diversas audições aqui, na Comissão, justamente porque empresto uma especial importância ao trabalho que aqui tem sido desenvolvido porque todos nós sentimos que há um conjunto de matérias neste domínio que podem e devem ter muito a ganhar com as reflexões, as propostas, as sugestões, que, no entretanto, têm sido feitas em diversos domínios. E queria assinalar que o acervo de matérias levantadas nesta Comissão bem como o conjunto de sugestões e propostas, que aqui têm sido feitas, têm sido muito relevantes. Tenho um resumo, que mantenho atualizado, daquilo que aqui se vai passando, audiência por audiência, porque julgo que é bom fazermos a sistematização de algumas

destas matérias embora, muitas delas, sejam contraditórias, coisa que é absolutamente normal, mas julgo que a Assembleia da República, nesta matéria, está a fazer um trabalho importante para aquilo que devem ser as traves mestras de um eficaz e mais eficiente sistema de proteção civil, ponto que, naturalmente, queria sublinhar, e está a fazê-lo, pelo menos assim o sinto, de uma forma muito construtiva, tendo nós todos a consciência de que há aqui um conjunto de matérias muito difíceis que dependem não de um Ministério apenas, dependem de coordenação, dependem de pôr em conjunto meios, e nós não somos especialmente fáceis em pôr em conjunto meios de entidades diversas, dependem de clarificações que é preciso fazer na lei, dependem de muitas matérias que são relevantes, mas, se a vastidão dos temas que temos perante nós é relevante, isso não pode ser motivo para que se desista da empreitada, se baixem os braços e sobretudo fiquemos inibidos de fazer opções políticas, nesta matéria.

E quanto a essas opções políticas, julgo que o País ganhará se, sem prejuízo daquilo que cada um pensa, poderem ser o mais espartilhadas possível e puderem ser testadas o mais possível no confronto democrático sobre diversas opções e propostas, que temos em cima da mesa.

Vou tentar não me eximir às questões que colocaram, sendo que algumas delas abordam questões que foram postas por diversos Srs. Deputados, e vou tentar seguir, mais ou menos, a ordem, sendo que, inevitavelmente, responderei a coisas que foram levantadas mais à frente, mas em matérias conexas.

A primeira questão, que tem sido permanente, e bem, nesta Comissão, tem a ver com a formação. E julgo que esta é, de facto, uma questão essencial. Os Srs. Deputados sabem que, já no ano passado, de resto ainda antes da época dos fogos, o Governo determinou (eu determinei) que fosse feita uma revisão completa ao plano de formação e à forma como estava a funcionar a Escola Nacional e Bombeiros. Esse trabalho foi já concluído e foi apresentado, em linhas gerais, como sabem, à assembleia-geral da Escola dos Bombeiros, que reúne entidades diversas, e sobre este trabalho julgo que há um razoável consenso pelos principais atores nesta matéria da proteção civil e julgo que temos um conjunto de linhas estratégicas. Sei que os Srs. Deputados conhecem esta nova orientação da Escola de Bombeiros, que, em simultâneo, vai tentar fazer três coisas que me parecem importantes, e que, aliás, já tinha dito,

publicamente, que eram as orientações políticas que tinham sido dadas: primeiro, concordando com alguns dos Srs. Deputados, que falaram nisto, nós precisamos de aproximar a formação das corporações de bombeiros. Temos, pelo País, um conjunto, julgo que 21, unidades locais de formação que, em muitos casos, estão subaproveitadas e que constituem estruturas logísticas de apoio à formação muito relevantes, nas quais, de resto, algumas autarquias investiram de forma significativa e o que nós temos de fazer é, sem prejuízo da formação, que pode e deve continuar a ser feita diretamente na Escola porque, por razões logísticas, técnicas e outras, é aí que deve ser feita, levar a Escola para junto dos nossos bombeiros.

Os problemas que aqui foram colocados - julgo que pelo Sr. Deputado Abel Baptista que falou num dos casos concretos - são verdadeiros, ou seja, há muitos elementos das corporações de bombeiros que, por terem uma ocupação profissional principal, não têm disponibilidade para se deslocarem para Sintra, para a Escola de Bombeiros, para estar uma ou duas semanas ou o tempo que for preciso, a fazer determinado tipo de formações. E, por isso, é que a Escola Nacional de Bombeiros se está a reconfigurar num conjunto de áreas formativas, por forma a que vão formadores da Escola de Bombeiros junto das corporações de bombeiros. Este é o primeiro ponto, muito importante. Essa orientação está absolutamente identificada e os Srs. Deputados podem confirmar isso no Plano Estratégico que foi elaborado e aprovado pela Escola Nacional de Bombeiros e que está em concretização.

Segundo, nós temos de recorrer a novas tecnologias para determinado tipo de áreas de formação, como o *e-learning*, conteúdos formativos que não necessitam de presença física, num determinado local, de bombeiros, de procedimentos que devem ser transmitidos, de aspetos essenciais, por exemplo, de coordenação no terreno. Estes são um tipo de conteúdos que não necessitando da presença, no momento da formação, podem, com eficácia e de forma mais barata, digamos assim, e mais acessível para todos, ser transmitidos através destas novas ferramentas ao dispor dos conteúdos formativos. E isso vai ser feito.

Um terceiro ponto, muito importante - e aí, confesso, não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo e de um momento para o outro -, tem a ver com o aspeto absolutamente essencial naquilo que é a formação dos bombeiros e que tem a ver com o treino. E, aí, Srs. Deputados, embora não faça gala disso, mas ache, que em todas as matérias, se deve falar assim,

nós, como país, estamos muito longe de ter as condições de treino que deviam ser adequadas para este tipo de situação. Isto para não dizer mais. E, portanto, diria que temos quase tudo a fazer, neste momento. Isto significa criar as condições, em tempo, para que esse treino se desenvolva, com diversas situações operacionais em que os bombeiros possam proceder ao seu treino, que possa instalar rotinas de procedimento, rotinas de comando, abordagem de determinado tipo de terrenos que, de resto, estão bem identificados e isso nós temos, quer dizer, nós sabemos, nós conhecemos e nós temos localizado tipos diferentes de terreno que proporcionam tipos diferentes de abordagem a determinado tipo de incêndios.

Temos de contar com estruturas especializadas. Estamos, neste momento, a renovar as condições de colaboração com o laboratório porque isso é muito importante do ponto de vista da formação também, mas, na parte do treino, temos um mundo quase completo por fazer. Temos. E isso, evidentemente, não pode deixar de ter, depois, consequências também no terreno. Eu quero assumir isto por inteiro, quer dizer, não investimos, como país, ao longo das últimas décadas, aquilo que devíamos ter investido nesta matéria.

Depois, temos componentes logísticas e aspetos que têm a ver com clarificação de comando e de operação.

A meu pedido, o nosso comandante nacional da Proteção Civil esteve há relativamente pouco tempo, cerca de um mês ou um mês e qualquer coisa, na Austrália, justamente em teatro de operações e, no fundo, a conhecer – que são sempre muito complexos como nós, infelizmente, temos visto pela televisão - como é que, naquelas especiais condições, com a organização diversa que a Austrália tem, do ponto de vista da proteção civil e da repartição de competências, quando comparada connosco, mas sobretudo a analisar o aspeto do comando, coordenação e a forma como se processam as coisas na Austrália. E tenho muito a ideia de que temos todos a beneficiar se formos recolhendo, não só o comandante nacional mas outras entidades com responsabilidades a esse nível, experiências de outros países. E, portanto, pedi para que nos abrissemos e fôssemos conhecer e aprender com esse tipo de situações e, de resto, pedi também que uma das componentes formativas a incluir na Escola - e julgo que vai acontecer agora a primeira – tivesse o contributo de especialistas estrangeiros, nesta matéria.

Evidentemente que nós temos condições e especificidades próprias, mas não temos que ter medo de estar «no confronto» com aquilo que são outras experiências, umas melhores, outras piores, mas que nos possam aqui fazer avançar mais depressa do que aquilo que, porventura, faremos se estivermos sozinhos a refletir, a discutir e a trabalhar sobre matérias destas.

Portanto, neste ponto, queria considerar o seguinte: aquilo que havia a fazer, do ponto de vista estratégico, dos conteúdos, na Escola Nacional de Bombeiros, começou a ser feito, em tempo, no ano passado, foi aprovado, está em concretização e, como é evidente, não se esgota num ano, nem tenho a pretensão de, daqui a três meses, estar toda a gente formada, nem temos essas condições e vamos ser realistas porque é assim.

Agora, mudando aqui um pouco a agulha, uma vertente corresponde àquilo que os Srs. Deputados têm dito nesta Comissão, que eu tenho seguido com atenção, e que tem a ver com essa aproximação às corporações de bombeiros e aos bombeiros, o recurso a novas tecnologias, - e esse aspeto é importante -, e ainda coordenação e treino. E eu queria ver se, ainda este ano, era possível termos, antes do período mais crítico, algumas ações neste domínio. É muito importante que o façamos. Vamos ter algumas destas ações de formação, vamos utilizar mais frequente e intensamente as estruturas que temos, espalhadas pelo país, de formação nesta matéria. Este é o ponto um.

Ponto dois: apoio logístico. No apoio logístico, temos várias vertentes, várias matérias - não vou esgotar as questões todas, o Sr. Secretário de Estado, depois, completará -, mas queria chamar a atenção para o seguinte: foi feito um bom trabalho, ao longo dos últimos anos, em alguns pontos do país, com a criação de condições de bases logísticas de apoio à estrutura dos bombeiros e também à movimentação e balanceamento de forças de bombeiros.

Há em vários sítios do país e, neste momento, temos um planeamento nessa matéria, sendo que a última que, de resto, foi construída, é uma – sugiro aos Srs. Deputados que não conhecem que, quando tiverem oportunidade, lá se desloquem – magnífica base logística nos arredores de Castelo Branco, que envolveu fundos comunitários e é uma ação da Câmara Municipal de Castelo Branco. Eu já lá estive a conhecer e é uma estrutura absolutamente magnífica, mas temos mais algumas, não criadas de raiz mas, em geral, com boas condições para

receber, para que os bombeiros possam descansar, possam comer em condições, possam ter um posto.

Temos que multiplicar algumas destas bases, não precisamos de enxamear o país destas bases logísticas, mas há condições para, de uma forma articulada do ponto de vista operacional, sem que seja para cada município ter porque isso não faz sentido nenhum, mas, de uma forma articulada, do ponto de vista operacional, termos, de forma mais extensa, uma rede que propicie este apoio às estruturas de bombeiros.

Acresce a isto que determinei à Proteção Civil a aquisição de um conjunto de estruturas móveis que, este ano, vão já estar operacionais e que, em determinado tipo de operações, aquelas que tenham mais dimensão e, portanto, envolvam mais gente e precisem de mais suporte logístico, estarão disponíveis no verão. Há um conjunto de estruturas que, julgo, podem ser canalizadas para este efeito e aquelas que não puderem ser canalizadas serão adquiridas. Portanto, reconheço isso e, no ano passado, isso ficou visível em algumas das operações, sobretudo aquelas maiores. Está claro que não vamos ter estruturas que cubram todas as necessidades, ao mesmo tempo e para toda a gente. Isso é impossível. Mas vamos ter um conjunto de estruturas que, de uma forma muito mais sustentada, possam dar suporte logístico, que é absolutamente necessário, à operação dos nossos bombeiros, nesse teatro de operações. E, este ano, isso será concretizado, de uma forma que, quero, seja já muito visível. Este é o segundo ponto.

Terceiro ponto: sobre a informação que foi dada dos Planos de Emergência e dos números que temos em relação a esta matéria, a informação que tenho é que temos, neste momento, 109 aprovados, que temos 43 que estão em reformulação e que temos 15 em apreciação na Proteção Civil.

Queria recordar aos Srs. Deputados que, não podendo precisar a data mas, seguramente, há um ano ou um ano e tal, tivemos a oportunidade de disponibilizar, para os municípios, um conjunto de verbas para a reformulação de muitos destes planos que, como VV. Ex.^{as} sabem, em muitos casos, estão desatualizados e estão desatualizados, desde logo, em relação aos próprios Planos Diretores Municipais, não têm, em muitos casos, uma articulação que, acho, se pode e deve fazer no âmbito das respectivas «SIMS», e era muito importante que, muitas destas matérias de protecção civil, pudessem ter esta visão multimunicipal no quadro das

«SIMS». Este dinheiro foi disponibilizado aos municípios para que, quer do ponto de vista da identificação dos riscos, quer do ponto de vista daquilo que são as necessidades operacionais, no quadro dessa «SIMS», nós poderemos acorrer a esses riscos, essa responsabilidade seja uma responsabilidade partilhada e distribuída, de forma racional, num âmbito territorial que seja superior àquilo que é o do respetivo município. E, portanto, a orientação que foi dada foi esta e isto até teve uma consequência má para o Ministério das Administração Interna.

E eu quero aqui fazer uma confissão porque isto não foi feito de forma isolada. Ao mesmo tempo que nós disponibilizámos essas verbas para a reformulação destes planos, neste quadro de âmbito territorial mais vasto do que o município, fizemos justamente por causa de termos meios operacionais bem identificados por quem está mais perto do terreno e que tem responsabilidades, do ponto de vista legal, na área da proteção civil, que são também os Srs. Presidentes de Câmara, nós disponibilizamos para as «SIMS» um primeiro pacote de verbas para aquisição dos equipamentos individuais de proteção dos bombeiros.

O concurso foi lançado em março do ano passado e, certamente porque as «SIMS» são estruturas ainda relativamente recentes, houve muita dificuldade logística na operação destes concursos. E devo dizer que a decisão foi minha, a responsabilidade é minha, o objetivo político era este e acho que faz sentido, mas não correu bem do ponto de vista da consumação dos concursos que foram levantados, que são 22 ou 23 ou coisa assim no género, por todo o país, abrangendo todas as «SIMS». E não correu pela simples razão de que isto foi em março do ano passado e nós ainda não temos os equipamentos disponíveis para os bombeiros.

Acresce uma outra coisa: na altura, foi definido pela Comissão Nacional de Protecção Civil um caderno de encargos-tipo, onde estavam vertidas, evidentemente, as especificações e as certificações que seriam necessárias na aquisição desses equipamentos e sabemos, porque temos acompanhado esse processo, que, em alguns casos, isso foi alterado.

Quero também dar conhecimento aos Srs. Deputados que nós temos, neste momento, já aprovado na Comissão Nacional, na semana passada, o novo caderno de encargos do Conselho Nacional de Bombeiros, que foi aprovado por unanimidade, para o lançamento de um novo concurso público internacional de aquisição de equipamento individual de bombeiros, com as especificações todas que são requeridas para este efeito

e esse concurso vai iniciar-se imediatamente e tem um valor global de 7 milhões de euros. E, portanto, a ideia é de o mais rapidamente possível, desejavelmente, embora saibamos que, depois, há os concursos públicos, há os prazos de entrega, mas eu queria que isto tudo pudesse estar realizado ainda antes da época crítica de fogos. Não sei se vamos conseguir, mas queria muito isso, e que nós, como país, déssemos um passo em frente, muito importante, neste ano, no conjunto destes dois concursos: um que está a correr pelas «SIMS» e outro pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, nos equipamentos individuais de bombeiros. E essa é uma matéria que está refletida no relatório, como os Srs. Deputados bem sabem, e, portanto, estamos a fazer um investimento conjunto de 11 milhões de euros, nesta matéria.

Quarto ponto: meios aéreos. Os Srs. Deputados sabem que a EMA, como tinha dito anteriormente, está já em processo de liquidação. Essa decisão foi assumida pelo Conselho de Ministros e, portanto, já temos a comissão liquidatária na EMA a tratar daquilo que são os procedimentos legais normais para qualquer empresa para verificar a sua liquidação. É evidente que um processo destes é muito complicado porque a EMA tem os meios próprios aéreos do Estado, não há descontinuidades operacionais nesta matéria, e, portanto, ao mesmo tempo que estamos a proceder à liquidação da EMA, não podemos ter menor descontinuidade do ponto de vista da operação, daquilo que são as competências da EMA.

Como sabem, essas competências passaram para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito da operação orgânica que aí ocorreu, e nós temos um grupo de trabalho, que foi nomeado por mim próprio e pelo Ministro da Defesa para fazer uma avaliação, com a Força Aérea, de um conjunto de partilha de recursos e de investimentos programados para futuro nesta matéria. Ainda não temos as conclusões desse grupo de trabalho, mas eu queria dizer aqui aos Srs. Deputados que, sem haver, neste momento, absoluta garantia de que vamos conseguir esse objetivo, nós inscrevemos, como prioritário, no próximo Quadro de Fundos Comunitários, a aquisição, com meios próprios do Estado, de dois Canadairs para Portugal. O custo, conforme a referência que tenho de valores, ronda, cada um deles, os 37 ou 38 milhões de dólares e a ideia é de que estas duas aeronaves possam e devam ser inscritas da parte portuguesa no mecanismo europeu de proteção civil que, como os Srs. Deputados bem sabem, teve, recentemente, uma revisão, e tem, e bem, um entendimento

mais alargado de cooperação e de pôr em comum meios europeus para o mecanismo da proteção civil.

Estamos a ver uma outra situação, mas que, tecnicamente, está ainda a ser avaliada, de meios aéreos que estarão disponíveis em Espanha, que eram meios públicos em Espanha, e que podem ser descontinuados se for uma situação interessante do ponto de vista financeiro. Pedi para ser avaliado - isso foi um contacto com o governo espanhol - e, neste momento, estão a fazer essa avaliação, mas julgo que todos temos a noção de que o país precisa de ter, no dispositivo aéreo, duas destas aeronaves, uma parilha de Canadairs porque, nas situações mais complicadas, de fato - isso também vem refletido no relatório e em várias das operações mais complicadas que tivemos -, os meios aéreos próprios, que temos, não têm a capacidade de resolver alguns desses problemas. E, como temos os constrangimentos financeiros que temos, nós, embora ainda não seja certo, estamos a tentar viabilizar, com recurso a esses fundos, a aquisição destes meios que, em qualquer caso, demorará sempre mais de um ano entre o momento da contratação e o momento em que os teremos disponíveis.

Uma voz não identificada: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Ministro da Administração Interna: - Não, mas, sabe, essa preocupação... quer dizer, se puder ser amanhã, tanto melhor, mas não deixarei de fazer aquilo que, acho, se deve fazer para o país por esse motivo, mas estamos a tentar e eu julgo que, nos finais do próximo mês, já teremos uma resposta mais conclusiva sobre isto. Tenho esperança que este processo possa correr bem e possamos, por esta via, ter acesso a estes meios que, acho, são absolutamente essenciais.

Como sabem, nós tentamos, no ano passado, no concurso público internacional que foi feito e só ficou deserto naquilo que são os meios próprios do Estado, dar alguma estabilidade neste período de transição. O objetivo político foi esse, quer dizer, para não andarmos a correr todos os anos atrás das situações de contratação de meios aéreos, tentamos, neste período de transição, entre aquilo que temos e tínhamos e aquilo que queremos ter no futuro, dar estabilidade do ponto de vista da capacidade operacional para os próximos anos. E, por isso, é que fizemos o concurso

por cinco anos, porque isso significa, evidentemente, que podemos fazer esta transição de uma forma mais correta.

Queria, ainda, abordar três questões, que são importantes e que os Srs. Deputados colocaram: a primeira tem a ver com «deve ou não a GNR continuar a ter os postos de vigia» e eu, querendo ser muito direto em relação a esta matéria, acho que não deve ter, mas acho que, este ano, ainda vai ter que ter. Se puder não ter, este ano, tanto melhor, mas tenho dúvidas que possa ser assim e acho, de facto, que uma boa fórmula para esta matéria seria fazer-se e proceder-se à contratualização com os municípios quer da manutenção das estruturas quer do trabalho de vigilância que, durante aqueles três meses e meio, é preciso fazer e que é muito importante. E, para além do mais, nós queremos investir em meios alternativos de vigilância, que hoje estão disponíveis e que são relevantes para este efeito. Como sabem, nós ainda não temos a avaliação final, temos uma intercalar, e este ano foi o primeiro ano que, em pleno, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, tivemos meios adicionais de vigilância eletrónica. Foi um trabalho resultante de uma opção política do Ministério da Administração Interna, que nós fizemos e nem sei se era todo da nossa responsabilidade, mas, enfim, sendo ou não sendo, achei que era importante e fizemo-lo e vamos ter uma avaliação rigorosa dessa matéria, mas há outras situações hoje, do ponto de vista tecnológico, a que podemos e devemos deitar a mão.

E, portanto, está, por exemplo, a GNR, a estudar um conjunto de mecanismos que, nesta área, possam propiciar *drones* específicos para este efeito, um conjunto de estruturas espalhadas pelo país, que nos possam ajudar a identificar o mais cedo possível estas situações.

Há aqui sempre um problema, que é o problema dos falsos alarmes e da afetação de recursos para determinado tipo de situações que, depois, se não vêm a verificar como reais e verdadeiros, mas há-de ser um misto disto.

Mas a resposta concreta sobre se deve ser a GNR, eu acho que não tem que ser a GNR, não deve ser a GNR mas, provavelmente, este ano, ainda será, mas julgo que devemos evoluir para um mecanismo em que as autarquias locais, contratualizado pelo Estado e com o Ministério da Agricultura, devem tomar conta deste tipo de situações. Acho que faz todo o sentido que assim seja.

Sobre a questão da lei de bases e da regulamentação, a Comissão Nacional de Proteção Civil começou a visitar a Lei de Bases da Proteção Civil para, se for caso disso, propor à Assembleia, em tempo, algumas alterações em relação a esta matéria.

E, depois, chegamos à questão das coimas e do problema que é colocado nesta matéria. E eu também já me expressei publicamente sobre esta matéria e acho que é uma pura perda de tempo e um desperdício aquilo que, neste momento, acontece, ou seja, todos os anos, embora variando o número, há umas centenas de autos, que são levantados pelas autoridades policiais, em particular pela Guarda Nacional Republicana, para situações...

Aparte fora do microfone.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: - Eu já estou a ser comedido quando digo centenas! Mas também não posso dizer com segurança porque, depois, não temos *feedback* daquilo que acontece a cada um destes autos. As autarquias locais não nos informam, na volta, daquilo que é a conclusão. Suponho até que ninguém tenha e, portanto, aí, estou absolutamente igual a todos e a qualquer português sobre esta matéria.

Mas a perceção que todos temos, no terreno, é que não acontece, na maior parte ou na esmagadora maioria dos casos, nada, o que significa que temos pessoal, dispositivo, meios administrativos afetos a uma função que é inútil e, para além do mais, a perceção, do ponto de vista da prevenção geral, que resulta de uma ação administrativa que não tem consequências, julgo que, concordaremos todos, não é a melhor e até acho que, nesses casos, é preferível não fazer nada do que fazer para resultar em coisa nenhuma. Não estou aqui a fazer uma generalização para todos os casos porque haverá casos em que as autarquias tomaram essas medidas, mas a perceção que existe, por todos, é que é numa ínfima parte da questão.

E porque atuar neste sentido custa dinheiro porque há deslocações, há meios, há processos administrativos, há tempo que se perde nisto, o nosso entendimento é de encontrarmos uma outra solução qualquer que ela seja, sendo que estou disponível, já que sou sempre o mau da fita neste tipo de coisas, para que o auto seja levantado e instruído pela Guarda Nacional Republicana, mas, por uma questão de salvaguarda do procedimento, a cominação final seja, por exemplo, por uma entidade como a Secretaria

Geral do Ministério da Administração Interna ou, enfim, por outra entidade qualquer.

Mas se não se fizer esta distanciação, como aqui foi dito por um Sr. Deputado, entre a atuação e a cominação respetiva, julgo que não podemos ter esperanças credíveis de alteração nesta matéria. Mas isto não resolve um problema de fundo, que temos, porque, vamos lá ver, não basta pensar que, cominando essas sanções sobre pessoas que estão, muitas vezes, na situação económica que nós sabemos, que não têm, do ponto de visto logístico, capacidade económica para proceder à limpeza do terreno porque isso custa muito dinheiro, quer dizer, nós também temos que perceber o outro lado.

Há uma questão de fundo que é a questão de nós acrescentarmos valor à fileira da floresta e eu queria aqui recordar que o país, há uns anos, decidiu, e bem, que ia ter um conjunto de centrais de biomassa, instaladas pelo país, que eram um suporte absolutamente indispensável para esse acréscimo de valor à fileira da floresta. Os senhores sabem quantas centrais de biomassa se consumaram no país? Três. E, portanto, estamos muito longe daquele número que tínhamos previsto em relação a esta matéria.

Devo dizer que, percebendo que haverá razões diferentes para essa situação, se devia revisitar esta situação das centrais e encarar, pelo efeito subsidiário e complementar que têm também neste aspecto da floresta, essa aposta e, porventura, as contrapartidas económicas nas centrais, de forma diferente do que estamos a encarar as eólicas, a solar, porque esta tem um efeito muito importante no território e no acréscimo de valor económico à fileira da floresta, ajudando, numa relação de muita proximidade – nós sabemos que envolve uma logística complicada porque é preciso ir buscar o material porque aquilo funciona 24 horas por dia...

Uma voz não identificada: - É uma questão económica!

O Sr. Ministro da Administração Interna: - Sr. Deputada, é justamente isso que estou a dizer, quer dizer, é revisitar os aspetos económicos das centrais de biomassa, tendo em conta também a importância que isso tem no conjunto do território e na gestão da floresta e na receita adicional para aqueles que são detentores da floresta.

Mas, posto isto, queria dizer o seguinte, que já disse publicamente e, repito, na Assembleia da República: eu não vejo nenhuma razão para que o

Estado - e, quando digo o Estado, digo no sentido *lato sensu*, isto é, o Estado, Administração Central e Administração Local - tenha que ficar à porta de limites de propriedades rurais que, em muitos casos, se não sabe de quem é. E, aí, a responsabilidade é das pessoas. Também não vale a pena pôr as coisas sempre do ponto de vista do Estado. Há uma obrigação de registrar as propriedades em nome das pessoas que são os seus proprietários. E essa responsabilidade é das pessoas, que, muitas vezes, não se sabe quem são, não querem fazer nenhuma intervenção sobre essa matéria, que se desinteressam totalmente desse tipo de situações e nós não podemos exigir a proprietários rurais que façam o tratamento da sua floresta e, depois, na floresta contígua ou na propriedade contígua, não haja tratamento nenhum e fica tudo em risco porque alguém foi negligente, não tratou, não fez, não quis fazer, desinteressou-se, e isso não pode ser. Eu tenho dado este exemplo: numa cidade todos nós aceitamos como absolutamente legítimo que um prédio, que esteja em más condições, o proprietário seja intimando a fazer obras e, não o fazendo em determinado período, a câmara municipal passa intervir, possa tomar posse administrativa, possa fazer coercivamente aquilo que tem sido feito até para salvaguarda da segurança pública e eu pergunto por que é que isto não pode acontecer na floresta. Esta é a pergunta.

Aparte fora do microfone.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: - Pois, pode, mas não acontece!

Acho que este ponto é muito importante porque, em muitos casos, nós temos visto - e eu vi, por exemplo, no verão passado - proprietários que disseram «eu gastei milhares de euros a tratar a minha propriedade e, ao lado, estava rodeado de propriedades que não fizeram nada e a minha ficou na mesma situação das outras». Evidentemente que, estando no meio e desenvolvendo-se um fogo daqueles, com limpeza ou sem limpeza, acontece aquilo que tem de acontecer. E, portanto, na lógica da responsabilidade partidária, isto não pode acontecer.

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para uma decisão do Governo, muito recente, que tem a ver com as GIFS, e que, julgo, também foi falada aqui, nesta Comissão, em algumas ocasiões, que é considerado como boa experiência de trabalho conjunto no tratamento destas matérias, e

a Sr.^a Ministra da Agricultura já propôs essa medida, que, julgo, é uma boa medida, que considero positiva, havendo um grande consenso em relação a esta matéria.

Como último ponto, se o Sr. Presidente o permitir, o Sr. Secretário de Estado vai falar também sobre esta matéria, que tem a ver com a questão do financiamento das corporações de bombeiros. Nós vamos ter que mudar esta situação. Fizemos algumas alterações, que tentaram acorrer às dificuldades maiores de algumas corporações de bombeiros, mas temos consciência que, do ponto de vista estrutural, há ainda um caminho a percorrer. Não há, como os Srs. Deputados sabem, uma grande unanimidade, para não dizer já que não há sequer grande consenso, em torno destas matérias. E a dificuldade do tratamento desta questão resulta do facto de as associações humanitárias serem entidades de Direito Privado e de, dentro delas, estarem corpos de bombeiros, que são estruturas de protecção civil e, se reconheço que não é muito fácil o relacionamento entre entidades jurídicas com esta natureza e entidades do Estado, também sei que os Srs. Deputados sabem que, dentro das próprias associações humanitárias, em muitos casos, não é nada fácil o relacionamento entre o corpo de bombeiros e a própria direcção da associação.

Agora, eu não tenho qualquer dúvida sobre esta matéria. Nós temos que clarificar e estruturar, em bases diferentes, o financiamento das corporações de bombeiros. Há entidades, que não apenas o Estado, que devem ser chamadas para este efeito. Nós, neste momento, estamos a desenvolver alguns trabalhos e diligências no sentido de o fazer e há um conjunto de entidades que não podem deixar de concorrer, de forma mais intensa, para o dispositivo de bombeiros. E dou este exemplo: as concessionárias das autoestradas, que têm, por contrato, a obrigação de prestar assistência, socorro, nas estradas que exploram, fazem-no com naturalidade, recorrendo aos bombeiros, mas pagam por isso um valor que não corresponde ao serviço que é prestado e eu entendo que o Ministério da Administração Interna e os contribuintes não devem ser chamados a contribuir para as concessionárias das autoestradas, neste plano.

Uma voz não identificada: - Pagam pouco!

O Sr. Ministro da Administração Interna: - Pagam pouco, com certeza.

Estou a dar um exemplo, mas há mais.

E, portanto, neste quadro de alteração do ponto de vista financeiro, nós temos que, evidentemente, por um lado, reforçar um conjunto de verbas para as corporações de bombeiros, o que é fundamental e vai ser feito, mas, por outro lado, temos também que reforçar os mecanismos de fiscalização sobre a aplicação dos dinheiros públicos nas corporações de bombeiros porque, em muitos casos – não estou a dizer em todos, mas já houve três ou quatro casos mais mediáticos que apareceram na comunicação social - resultaram, pura e simplesmente, de má gestão quando não de crime cometido na gestão dessas associações humanitárias.

Evidentemente que não há de fazer com que as associações humanitárias paguem, *ad aeternum*, por esse tipo de situações, que é da responsabilidade individual, mas não pode deixar de ser exigido a quem cometeu esse tipo de situações, envolvendo também dinheiro público, as responsabilidades criminais e outras que daí resultam. Isso é absolutamente evidente e, portanto, há uma clarificação a fazer, aqui também, naquilo que diz respeito à parte do dinheiro público, com certeza. Depois, há outro tipo de verbas mas, aí, já é uma matéria diferente. Nesta matéria, é importante que isso aconteça.

Por isso, Srs. Deputados – e este é o último ponto -, mas também por causa da fiscalização da formação, por causa do cumprimento das regras que estão estatuídas, nós quisemos reforçar os mecanismos de fiscalização da Autoridade Nacional de Proteção Civil sobre o conjunto do dispositivo, numas condições que são difíceis porque o enquadramento, do ponto de vista remuneratório, como queremos um determinado perfil de pessoas, não é uma coisa particularmente atrativa e obriga a andar pelo país, de um lado para o outro, e, portanto, não tem sido fácil o recrutamento e algumas pessoas, que foram recrutadas pelas competências que tinham, de resto, algumas delas já saíram e outras manifestaram vontade de sair logo que possível, mas é absolutamente crucial esta questão da fiscalização, não na lógica da perseguição mas na lógica de garantirmos que aquilo que são regras, que estão previstas e que têm que ser cumpridas, são efetivamente cumpridas. E este é um aspeto essencial a que damos a maior das importâncias e em que queremos continuar a investir.

Portanto, espero que, dentro de pouco tempo, possamos, se os Srs. Deputados estiverem disponíveis para aceitar esse convite dar-nos-ão enorme gosto, ter algumas das primeiras ações de formação dos bombeiros,

nos moldes que foram aprovados pela Escola Nacional nesta matéria, e espero que possamos, «mesmo sem Tony Carreira», estar em algumas das ações de treino que os bombeiros vão ter, antes do período dos fogos florestais até porque não sendo possível fazer este ano tudo o que seria necessário fazer neste domínio, acho que queremos dar um sinal claro na aposta que fazemos, nesta matéria.

Reforçando as questões, direi que este investimento, que queremos fazer nos equipamentos individuais dos bombeiros, é relevantíssimo. Temos aqui atrasos muito consideráveis, temos uma parte enorme do dispositivo que não tem os equipamentos adequados, conforme dizem os relatórios, para o combate – estou a falar sobretudo nos fogos florestais, nas outras matérias apesar de tudo é diferente –, e temos de fazer um investimento grande neste domínio e estamos a fazê-lo, conforme estou a dizer aos Srs. Deputados, na importância de 11 milhões no conjunto dos dois anos, muito embora estes procedimentos de concursos públicos internacionais sejam sempre uma complicação.

Queria dizer-vos também que espero que, até ao verão, fique completamente concluído um investimento, muito significativo, na capacidade de comunicação nas corporações de bombeiros. Como sabem, está prestes a ser entregue um lote grande de rádios do SIRESP para as corporações de bombeiros e a lógica é que possamos mais do que duplicar as capacidades de comunicação dos bombeiros, através da distribuição de novos terminais SIRESP para as corporações.

E, a este propósito e para terminar, deixem-me só fazer um comentário sobre umas declarações de um irresponsável, que teve tempo de antena sobre matéria do SIRESP e de comunicações, atribuindo a alegadas dificuldades do SIRESP a responsabilidade pela morte de bombeiros no verão do ano passado. E, sobre essa matéria, queria dizer o seguinte: essa declaração não tem pés nem cabeça, essa declaração mostra uma ignorância enorme porque há, de facto, bombeiros que estão no SIRESP, mas o essencial das comunicações entre os bombeiros não é feita ainda, embora devesse ser, no suporte SIRESP. Há três redes dedicadas para operação de bombeiros e, portanto, não se pode assacar a uma rede SIRESP - independentemente do resto dos problemas porque essas são outro tipo de questões - a responsabilidade sobre esta matéria. E, para além do mais, uma declaração dessas ignora que os rádios SIRESP, mesmo sem suporte de

antena, podem até, numa distância muito razoável, comunicar diretamente entre si.

Portanto, tudo aquilo que foi dito é feito em exploração da ignorância das pessoas sobre esta matéria, com a temeridade própria daqueles que não sabem o que dizem mas querem ter os seus cinco minutos de fama, e o que é lamentável é que o possam fazer e o façam à custa da exploração de situações, que são trágicas e dramáticas.

Não me tinha ainda pronunciado sobre esta matéria, mas queria dizer, de forma muito clara, aquilo que entendo sobre esta questão e devo dizer que também não fiz nenhum alarido, mas essa personagem – este é o termo! - vai explicar, no local próprio, por que é que disse aquilo, com que base disse aquilo e com que responsabilidade disse aquilo.

É só isto que queria dizer.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado João Almeida.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna** (João Almeida): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Depois da explicação exaustiva do Sr. Ministro, não há, de facto, muitas questões que tenham ficado sem resposta.

Houve questões que a Sr.^a Deputada Isabel Oneto colocou, que foram enquadradas, mas a que poderia dar mais algum detalhe e que têm exatamente a ver com o processo de revisão da Lei de Bases da Protecção Civil.

Quando falamos dos vários níveis de intervenção ao nível municipal e aquilo que, no quadro da Lei de Bases, é o nível distrital e daquilo que pode ser o nível distrital ou outro nível supramunicipal, se se entender que pode ser outro nível supramunicipal, e do nível nacional, essa é uma questão clara do âmbito da Lei de Bases porque o espírito da Lei de Bases é de uma hierarquia, neste tipo de intervenção, e pressupõe que uma intervenção nacional sucede a uma intervenção distrital e que uma intervenção distrital sucede a uma intervenção municipal. E, portanto, como foi aqui dito e é verdade, em nenhum caso, no ano passado, foi declarado o estado de emergência ao nível municipal, e é por isso que, depois, o Sr. Comandante Nacional diz que, ao nível distrital também não foi e que, ao nível nacional, também não. E, portanto, quando o Sr.

Comandante Nacional aponta para esta questão, tem exatamente a ver com...

Aparte fora do microfone.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - Não, tem a ver.

Sr. Deputado, podemos discordar – e é uma boa discussão a questão da Lei de Bases - e dizer que pode haver uma centralização desse tipo de poder, mas o pressuposto atual é de uma hierarquia neste tipo de situação. E, portanto, essa «avocação», de que a Sr.^a Deputada fala, é um ponto de discussão importante, mas não é o quadro da legislação atual. O quadro de legislação atual pressupõe essa hierarquia e foi exatamente isso que quer o Sr. Comandante Nacional aqui defendeu quer os Srs. ex-Comandantes Nacionais também não disseram coisa em contrário porque todos eles lidaram com essa realidade.

Depois, relativamente à revisão da Lei de Bases, que é importante, há questões de adequação que são necessárias e que têm a ver com a alteração, do ponto de vista administrativo, que não estão ainda vertidas na Lei de Bases. A Sr.^a Deputada falou disso também e eu vi que os Srs. Deputados tiveram o cuidado, do ponto de vista da discussão, de colocar sempre a questão da forma mais aberta possível ou indo à questão concreta deste ou daquele órgão e nós sabemos, porque acompanhámos as várias intervenções que foram feitas aqui, neste Grupo de Trabalho, que essa questão foi aqui bastante discutida, designadamente a questão da articulação operacional e da articulação política e do que é que deve ser o nível de intervenção política, do que é que deve ser o nível de intervenção operacional, se se pode cruzar comando operacional com coordenação política e se isso é compatível e se há ou não, neste momento, uma carência. Nós acompanhámos todo esse debate, que é muito interessante e, portanto, todos os contributos, que o Grupo de Trabalho possa dar, são importantes.

Como sabe, a Comissão Nacional de Proteção Civil tem todos os intervenientes lá sentados e, portanto, na última reunião da Comissão Nacional, o que foi pedido foi que todas as entidades, que estão presentes na Comissão Nacional, dessem o seu contributo para um trabalho de revisão da Lei de Bases e, portanto, a Associação Nacional de Municípios,

todas as instituições de bombeiros lá representadas, os diferentes Ministérios, que também intervêm nestas matérias, todas as entidades públicas que estão representadas e que são agentes de proteção civil, poderão dar esse contributo, que, acho, é muito importante. Nós, porque tivemos uma determinada posição política sobre uma alteração que foi feita ao nível administrativo, não devemos achar que podemos evitar uma discussão sobre questões que depois surgem e, portanto, não o faremos e estamos completamente disponíveis para estudar se os «SIMS» devem ter algum papel neste quadro, designadamente do ponto de vista político.

Sabemos que houve problemas e que foi a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários que o disse, provavelmente aqui, com maior veemência, ao nível da questão logística e da coordenação, o que, de fato, é chocante, e isso também nos foi dito e foi reiterado aqui pela Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários o facto de haver bombeiros a combaterem um incêndio, terem dificuldades do ponto de vista logístico e estar, há dois dias, um pavilhão municipal encerrado porque não houve disponibilidade de uma autarquia para o abrir para poder acolher os bombeiros no seu período de repouso, obviamente que este tipo de situações têm que ser discutidas, mas não podem ignorar um quadro de responsabilidade municipal, que existe e que não foi alterado.

Não podemos entender que todas as questões políticas estão num nível supramunicipal e que muitos destes problemas não resultam também seja de que autarquias forem. O caso que foi dito aqui, que é um caso real, de uma máquina de rasto que está em operação e que interrompe a sua operação, no limite de um concelho, porque é propriedade do município e não passa para o concelho seguinte, com toda a frontalidade, não é um problema exclusivamente de coordenação supramunicipal, é um problema de responsabilidade de quem, do ponto de vista da proteção civil, tem responsabilidade e não pode, de forma alguma, quer por critérios de serviço público quer por critérios de responsabilidade «imiscuir-se» da responsabilidade de cooperação que tem, neste caso como município vizinho, e impor uma paragem. Vou ser-lhe sincero, mas nem sei de que cor é a autarquia que procedeu desta forma e, portanto, estou a falar com total liberdade porque isto não tem a ver nem podemos condicionar por aí, pois é algo que não pode acontecer no terreno. E há muita matéria para discutirmos, no âmbito municipal, como a questão dos comandantes operacionais municipais e da quantidade de autarquias que não os têm –

ponto número um - e não discutirmos isto, ignorando também as dificuldades que isso causa às autarquias e o porquê que algumas autarquias não os têm, designadamente devido a restrições financeiras que faz com que não os tenham.

Uma voz não identificada: - E qual é o papel do próprio comandante operacional municipal?

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - Exatamente, qual é o papel, quais as questões operacionais, as questões financeiras, as questões de coordenação e, portanto, tudo isso deve discutir-se. E eu acho que fez sentido discutir-se no âmbito supramunicipal, mas, no âmbito municipal, também há muita matéria para discussão e, portanto, como disse, a abertura aí é total e acho que o quadro de revisão da Lei de Bases não é, de maneira nenhuma, substituir-se ao Parlamento porque uma Lei de Bases terá que ser discutida e aprovada no Parlamento, mas acho que é um contributo importante, que a Comissão Nacional de Proteção Civil dá, fazendo esta reflexão e podendo, depois, concluir com um documento que aponte pistas para essa revisão da Lei de Bases.

E uma vez que um dos propósitos deste Grupo de Trabalho é, exatamente, apontar soluções legislativas que possam contribuir como resposta aos problemas que aqui são levantados, a questão de termos como objetivo, durante esta legislatura, fazermos um debate profundo e uma revisão da Lei de Bases de Proteção Civil, acho que é um objetivo que a todos nos deve empenhar e que é absolutamente exequível.

A Sr.^a Deputada, depois, falou da regulamentação, mas não faz sentido regulamentar uma lei que podemos, acho eu, de forma consensual, concordar que carece de ser revista e, portanto, fazermos o processo desta forma: deixarmos que os agentes de proteção civil façam a sua primeira avaliação, dêem o seu contributo e que, depois, do ponto de vista político, haja um impulso, que pode perfeitamente ser o Governo a fazê-lo, através da apresentação de uma proposta de lei, e todos os Grupos Parlamentares poderem também apresentar as suas propostas e fazermos esse debate. Isso enquadra muitas das questões específicas que, depois, são discutidas, principalmente ao nível da coordenação.

Sobre a questão das coimas, de que o Sr. Ministro já aqui falou bastante, é algo que, em articulação com o Ministério da Agricultura e com

as forças de segurança, designadamente com a GNR, está a ser discutido também e há aqui problemas, de que o Sr. Ministro também já falou. Sobre a descentralização do processo verifica-se, neste momento, que tem um problema de eficiência porque a cobrança é difícil e as câmaras municipais também argumentam, e é um argumento que não deve ser ignorado, por aquilo que o Sr. Ministro já disse, que é o problema da situação social de muitos dos proprietários florestais, que estão longe de ter as condições para poderem, eles próprios, proceder às obrigações legais que, neste momento, têm.

Mas isso, sendo verdade, não pode desonerar depois uma série de outros proprietários de área florestal que, por a lei cair nalgum desuso, também não são chamados à sua responsabilidade, designadamente, por exemplo, grandes operadores de comunicações, que têm redes por todo o país e que têm, eles próprios, também obrigações que, como todo sabemos e é fácil constatar, estão longe de cumprir. Portanto, uma centralização de procedimentos pode introduzir uma vantagem relativamente à intervenção junto desses operadores e junto de grandes proprietários, que têm a dificuldade de perder a malha fina de uma análise, que era feita ao nível local, da situação social dos proprietários.

Portanto, o que, neste momento, se está a discutir é qual será a melhor forma de instruir os processos para ter as vantagens da centralização e não ter a desvantagem de o processo, que é centralizado, depois, ignorar a realidade de cada proprietário florestal e não corrermos o risco de estarmos a levantar aqui um problema social, que também ninguém quer levantar, de termos centenas ou milhares de autos levantados a pessoas que, do ponto de vista social, não têm condições para fazer nem o pagamento das coimas nem o cumprimento das responsabilidades legais. E, aí, o Sr. Ministro também já falou dos termos em que o Estado se deve substituir, por uma questão de interesse público, a essa responsabilidade dos proprietários.

Outra questão, que foi aqui levantada e que, penso, ainda não foi abordada, é a dos Estatutos dos Bombeiros e dos incentivos ao voluntariado. O Sr. Deputado Abel Baptista falou disso e falou da realidade do seu distrito, que é, provavelmente, um dos que tem maior dificuldade do ponto de vista do recrutamento, porque é um daqueles distritos em que, tendo um número de ocorrências bastante significativo, é «importador» sempre de meios humanos no combate aos incêndios porque as corporações

do distrito não têm meios humanos suficientes para assegurar, mesmo em situação normal, sem uma situação de exceção, esse combate.

É por isso que, a seguir a Castelo Branco, que foi o exemplo referido pelo Sr. Ministro, uma base logística, que iremos ter em operação brevemente, é a de Ponte de Lima, que está prestes a ser inaugurada e que, portanto, permitirá também que, no distrito de Viana do Castelo, haja a capacidade, do ponto de vista logístico, de dar outras condições. Ponte de Lima já era sede de uma base de apoio logístico, mas acontece que eram sempre bases provisórias, que, de ano para ano, eram reequacionadas e, agora, passa a ter um centro municipal de proteção civil, que é no quartel de bombeiros e que é uma base permanente que permitirá outras condições, idênticas àquelas que existem em Castelo Branco.

No ano passado, também falando de questões de logísticas, uma questão que foi aqui bastante discutida que é a das refeições, já, no ano passado, houve uma intervenção, até por impulso do Sr. Ministro, de a «ANFC» ter liberdade, numa gestão corrente, de acorrer às situações de maior dificuldade, do ponto de vista financeiro, em relação às refeições dos bombeiros e, portanto, estar preparada, do ponto de vista financeiro, para, sempre que uma autarquia tivesse dificuldade de assegurar o financiamento dessas refeições, poder a autoridade assegurar, imediatamente, sem recorrer a todos os procedimentos, que são necessariamente depois cumpridos, mas que seriam cumpridos *a posteriori*. E houve essa decisão, o que fez com que, a partir de certo momento do ano passado, essas situações deixassem de ocorrer e que, estamos convencidos, mantendo esse mesmo procedimento para este ano, evitaremos esse tipo de situações.

No que diz respeito aos incentivos, também já foram tomadas algumas medidas que promovem esse incentivo ao voluntariado, sendo uma delas a de assegurar o pagamento de propinas a bombeiros que sejam estudantes universitários e, portanto, esse é um incentivo para conseguir captar bombeiros que estejam a estudar e que tenham disponibilidade para o voluntariado, sendo esta uma forma de retribuir esse serviço, que estão disponíveis para prestar. Outra é o apoio na saúde, que é um plano que tem sido feito, gradualmente, ao longo dos anos, no ano passado, este ano e ainda o próximo, de forma a fazer-se o apoio na saúde e isso também já foi discutido.

Naturalmente que este tipo de apoios coloca questões de financiamento e deve ser visto não apenas como um apoio ao voluntariado

mas como uma necessidade. O facto de os bombeiros terem que prestar serviços, em situação muito exigente do ponto de vista físico, deve fazer com que o Estado assuma, como responsabilidade sua, um plano de saúde que assegure que esses bombeiros têm o devido acompanhamento e estão em condições de prestar o serviço que lhes é solicitado, sem porem em risco a sua saúde não só nas situações extremas em também em situações normais para que, enfim, estejam, do ponto de vista médico, acompanhados e que haja essa garantia e que, portanto, que o Estado assuma também essa responsabilidade. São formas que temos de conseguir aumentar os estímulos. E há outras formas que, ao contrário, tentamos introduzir para que não haja um prejuízo na atividade e uma delas é a da idade da reforma para o que estamos, neste momento, a trabalhar as alterações legislativas para que, quer do ponto de vista da Caixa Geral de Aposentações, quer do ponto de vista da Segurança Social, haja uma adequação entre aquilo que é a idade da aposentação ou de reforma e aquilo que são, hoje em dia, as exigências legais para atividade de bombeiro para que haja uma uniformização e, portanto, que não haja esse prejuízo. Do ponto de vista legislativo, isto implica trabalho com as Finanças e com a Segurança Social, num caso e no outro, para que consigamos fazer essa adequação.

Portanto e para terminar, em relação à formação direi que o plano de formação, inicialmente apresentado pela Escola, tinha um horizonte de 14 a 20, ou seja, era um plano para seis anos, e nós entendemos que devia ser apenas de 14 a 16, ou seja, para dois anos, porque, sendo introduzidas todas estas alterações, era importante que o horizonte fosse mais reduzido e se pudesse fazer essa avaliação daqui a dois anos e, dentro daquilo que foi a intervenção também do Sr. Relator deste Grupo de Trabalho, termos horizontes de médio e longo prazo, mas termos a capacidade de fazer uma avaliação daquelas que são as alterações.

Uma das questões que, penso, foi também das intervenções da Sr.^a Deputada Isabel Oneto e do Sr. Deputado João Ramos, é a referente ao comando, sendo que a questão dos requisitos foi também posta por vários Srs. Deputados.

O Sr. Ministro tem várias vezes manifestado, e já o fez aqui, no Parlamento, também a preocupação com os requisitos para que determinada pessoa exerça funções de comando numa corporação de bombeiros, mas essa é uma questão e outra é o comando operacional no terreno.

Do ponto de vista da formação, uma das áreas em que foi reestruturado e aumentada a oferta da Escola Nacional de Bombeiros tem, exatamente, a ver com o comando de operações e com o comportamento do fogo, ou seja, a formação em comando e a formação em comportamento do fogo. Foi por isso que foi importante reatar a parceria com o Centro de Estudos de Incêndios Florestais Prof. Xavier Viegas exatamente para que a componente de comportamento do fogo fosse, pelo menos naquilo que diz respeito à formação de comandos, essencial nessa mesma formação.

Um dos problemas que foi detetado, e que está nos vários relatórios, tem exatamente a ver não só com o desconhecimento do terreno mas também com alguma falta de preparação relativa ao comportamento do fogo e, muitas vezes, com a conjugação dos dois fatores, ou seja, a conjugação do desconhecimento do terreno e da falta de preparação do ponto de vista do comportamento do fogo levou a algumas das situações mais complexas.

Também queria chamar a atenção para o facto de que, em incêndios florestais de grandes dimensões, é inevitável que, pelo menos em algumas zonas, a determinado momento e quando se prolongam por algum tempo, haja bombeiros que estejam a comandar, por exemplo, uma frente concreta desse incêndio que não tenham conhecimento do terreno porque, a certa altura, é impossível garantir que todos o tenham e por isso é que é tão importante a formação, quer do ponto de vista do comportamento do fogo, quer do ponto de vista dos vários perfis de terreno e da técnica adequada para resposta a esse comportamento porque, mesmo que não se conheça o terreno em concreto, o que nunca pode acontecer é não haver preparação para aquilo que é o comportamento do fogo e, portanto, para a adequação da resposta a esse comportamento, e aquilo que são os diferentes perfis de terreno e, portanto, adequar também essa resposta ao perfil concreto de terreno em que aqueles bombeiros estão a atuar.

Portanto, estas são algumas das questões adicionais, não sei se ficou alguma, mas, se tiver ficado, ao fim de uma hora e qualquer coisa, naturalmente que haverá disponibilidade ainda para respondermos.

O Sr. **Coordenador**: - Vamos fazer uma segunda ronda mais rápida e começava pela Sr.^a Deputada Helena Pinto a quem pergunto se quer acrescentar mais alguma coisa ou colocar alguma questão.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Obrigada, Sr. Presidente.
Querer, queria, como é lógico.

O Sr. **Coordenador**: - Então, é aproveitar a disponibilidade do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Acho que ficaram aqui ainda muitas pistas, muitas questões para aprofundar e para pensar. Mas tendo e conta que esta é uma ronda mais rápida, eu, de facto, gostava de colocar ao Sr. Ministro uma questão mais concreta e, digamos, menos generalista.

Temos um relatório, que é esse relatório que o Sr. Ministro encomendou, que tem um conjunto de recomendações, cujo número não é lembro exatamente, mas são várias, 10 ou mais, bem concretas. Para além das questões que o Sr. Ministro aqui já equacionou, pergunto como é que o Sr. Ministro pretende implementar tudo isto?

E não veja nas minhas palavras, Sr. Ministro - sei que não vai ver -, que eu esteja a fazer aqui exigências ou a pedir prazos. Nada disso. Mas é porque, de facto, o conjunto de recomendações - e eu na minha primeira intervenção já lhes tinha feito referência - acho que nos questionam e algumas são bastante preocupantes e sei que algumas têm uma grande dimensão, embora sobre as questões relacionadas com a formação, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado já tenham falado sobre elas, ainda existem outras.

Portanto, como é que vai ser, Sr. Ministro? Para além das questões muito concretas, que aqui adiantou, dos equipamentos, dos Canadairs, essas medidas que são concretas, qual é também a estratégia para seguir estas e outras recomendações, já um bocadinho a curto e médio prazo, porque também não podemos falar destes problemas exclusivamente quando existem grandes incêndios, quando temos o foco da comunicação social. Temos que falar destes problemas atempadamente seguindo, aliás, a velha máxima da prevenção que, no nosso país, também deixou de ter pouco sentido. Nós até falamos em prevenção primária, secundária e terciária, mas prevenção é prevenção, só há uma e, geralmente, a prevenção implica que se atue sempre antes de qualquer coisa acontecer.

O Sr. **Coordenador**: - Deve ser! Deve ser!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Por isso, nesse sentido, pergunto se existe alguma perspetiva e o que é que o Sr. Ministro pretende fazer nesse curto prazo.

Já terminei.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, era só uma nota antes de uma questão. Foi referido, e muito bem, nós acompanhámos essa preocupação, nomeadamente com aquele processo da multa da hora, de que se falou na altura e daquilo que é a capacidade dos proprietários em pagar. O Sr. Ministro falou em alguns modelos para estimular a limpeza dos terrenos, nomeadamente a questão da rede de centrais, mas eu lembro que - e nós colocámos sempre esta questão - há outros mecanismos, nomeadamente o intervir no preço da madeira. A intervenção a esse nível podia ser um estímulo também a que os proprietários pudessem olhar de outra forma para os seus terrenos.

Gostava de questionar porque eu não percebi bem acerca dos postos de vigia. O Sr. Ministro admitiu a possibilidade, aliás, a intenção de os postos de vigilância passarem para as autarquias, e eu percebi que era no âmbito da manutenção das estruturas físicas e não percebi se era também naquilo que era da operação. Era esse o esclarecimento.

Depois referiu aquilo que era a vigilância eletrónica e a minha pergunta era se, a breve prazo, está previsto eliminar completamente a componente humana, do ponto de vista da vigilância, ou isso será impossível e há de ter de haver sempre o cruzamento.

Depois, quanto à questão com que comecei, que o Sr. Ministro não referiu, gostava de ouvir se foi feita essa avaliação e qual é o peso do combate e das políticas florestais, neste processo todo.

Nós, no PCP, temos uma perspetiva muito particular e nem recai sobre o Sr. Ministro mas recai sobre a sua colega de Governo porque entendemos que as questões de política florestal, de ordenamento florestal, são fundamentais nesta matéria, mas também gostava de ouvir a perspetiva.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado Abel Batista, tem a palavra.

O Sr. **Abel Batista** (CDS-PP): - Sr. Presidente, muito rapidamente.

Sr. Ministro, fiquei um bocadinho com dúvida e, já agora, gostaria que o Sr. Ministro esclarecesse o seguinte: a questão da compra de Canadairs deixa-me ficar um bocadinho preocupado, confesso, porque comprar equipamento para utilizar três meses ou há alguma perspetiva de internacionalizar este equipamento, e esta internacionalização não é só para a Europa porque, quando no Hemisfério Norte está, como está agora, inundado, o que está arder é o Hemisfério Sul e, portanto, perguntava se há esta cooperação ou não porque 37 a 38 milhões de dólares parece um preço considerável para este efeito e, nesta colaboração que o Sr. Ministro propõe, que me parece fundamental, entre especialistas de diferentes Estados para a Escola Nacional de Bombeiros, se há também aqui essa perspetiva na mesma questão para aquisição da compra de meios aéreos tipo Canadairs.

Depois, há aqui uma questão a que o Sr. Ministro deu bastante ênfase, que é a questão da valorização da floresta e do acrescentar valor àquilo que a floresta tem. A questão das centrais de biomassa é uma questão que também tem que ser revisitada. Sei que não compete ao Sr. Ministro, mas é uma questão que tem que ser revisitada porque teremos de ver que as centrais de biomassa, daquilo que inclusive nós, não neste Grupo de Trabalho mas no âmbito da Comissão de Agricultura e Mar, já visitamos todas elas, já falamos com as pessoas, não resultam para o país.

Só para lhe dizer, Sr. Ministro, que só cerca de 30% da energia produzida na central é que é aproveitada, quando ela pode ser aproveitada na totalidade, se, em vez de centrais de biomassa, for utilizada, por exemplo, para aquecer piscinas municipais, para pequenas instalações de padarias ou coisas deste género. Portanto, há aqui questões que têm que ser repensadas relativamente a essa matéria, até porque apesar de estarem licenciadas - e eu conheço dois casos em concreto que estão licenciadas e não foram construídas - não têm rentabilidade em termos empresariais.

Depois, e só para terminar, Sr. Ministro, quanto à questão dos Planos Municipais de Emergência ou os Planos Municipais da Defesa da Floresta, eu acho que temos que ter uma atitude diferente. Se a memória não me traiço, no território continental, apenas há um município que não tem floresta, que é o Porto. O Porto, acho, é o único município que não tem floresta no seu espaço territorial. E nós termos metade ou menos de metade

dos municípios só com Planos, é algo que têm que nos preocupar. E, depois, preocupa-me mais ainda verificar que, provavelmente, muitos destes municípios, que não têm Planos Municipais de Defesa da Floresta nem Plano Municipais de Emergência, sejam aqueles que, depois, veem pedir que sejam enviados meios aéreos, sejam enviados bombeiros, seja enviado uma série de equipamento e que não cumprem o básico, o elementar, que é a questão do planeamento.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Obrigado, Sr. Coordenador.

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, é a primeira vez que o interpele nessa qualidade e desejo-lhe muita sorte porque a sua sorte é também a sorte do país.

Sr. Ministro, começo por referir uma referência que fez aqui com uma lacuna, que é a questão da formação dos bombeiros em teatro de operações. E queria associar a isto esta lacuna, que o Sr. Ministro reconhece que existe, a falta de treino, a uma questão, que aqui foi já referida noutras audições e que hoje aqui ainda não teve lugar, que é a utilização do fogo, nomeadamente o fogo tático.

E uma das questões que eu pergunto é de que forma é que o Ministério está aberto a melhorar e a credenciar as entidades para utilização do fogo tático e até que ponto é que ele poderia ser utilizado, inclusivamente em propriedades abandonadas, porque teríamos aqui a possibilidade de fazer simulacros, em teatro de operações, com fogo real, que poderia ser utilizado para retirar o combustível à floresta, nomeadamente naquelas propriedades de que, efetivamente, não se conhecem os proprietários, as notificações não têm efeito e, portanto, seria uma possibilidade que eu gostaria de questionar.

Relativamente à questão das bases logísticas, há muitos anos a esta parte, estou cada vez mais convencido que temos posto dinheiro em cima desta questão bem como os meios e tudo o mais e, efetivamente, depois verificamos que nem sempre resulta.

Sobre esta questão das bases logísticas, que, obviamente são importantes, e os bombeiros queixam-se de que não têm, muitas vezes, condições logísticas nos locais, eu pergunto se já foi feito um levantamento

exaustivo de todos os equipamentos que nós temos disponíveis, ao longo do país, nesta altura dos fogos florestais porque, recorde, nós temos um conjunto significativo de pavilhões escolares, de pavilhões municipais que, na época dos fogos, estão fechados, cantinas pelas escolas todas, pelo país todo, que na altura dos fogos estão fechadas, e até que ponto é que isso não deveria estar repercutido nos Planos Municipais, num plano eventualmente nacional em que pudesse ser utilizado na altura do fogo florestal.

Confesso que, às vezes, quando se diz «vamos fazer mais uns pavilhões, mais não sei quê» para ser utilizado num curto espaço de tempo, quando, penso, temos um conjunto significativo de instalações que podiam ser utilizadas nessa altura.

É esta questão que gostaria de ver colocada e também a sugestão que dou no sentido de que se faça um levantamento exaustivo de todo esse equipamento. É evidente que vão dizer que isso não resolve o problema da alimentação, mas, quanto à alimentação, concordo inteiramente com cozinhas itinerantes, com contentores, que podiam ser utilizados ou fazer um concurso a nível nacional para fornecimento de refeições em *catering* porque as empresas de *catering* têm, todas elas, capacidade de responder a essa matéria.

Depois, o meu colega Abel Batista já levantou a questão da aquisição dos dois Canadairs. É evidente que os Canadairs são um equipamento imprescindível, mas eu questionava o facto de se comprar um equipamento para utilizar só três meses e que, portanto, careceria de uma cooperação com outros países, nomeadamente do Hemisfério Sul, em que os fogos não são na mesma fase.

Relativamente aos meios aéreos, queria apenas aqui manifestar uma preocupação: foi aqui dito, nesta sala, de que não havia, no teatro de operações, uma conveniente coordenação dos meios aéreos. E isso foi preocupante e deixou-nos a todos um pouco assustados. É evidente que não quero fazer aqui este alarme, mas isto foi dito aqui e, portanto, não podia também deixar de tocar esta situação de coordenação dos meios aéreos em teatro de operações.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Sr.^a Deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tentando também ser muito sintética, mas tentando esclarecer aqui algumas questões, até porque o sentido de eventuais propostas que fazamos vai também no sentido do entendimento que é feito hoje da lei.

Sr. Secretário de Estado, se tivermos um sismo no Algarve, o senhor está à espera que cada câmara municipal ative o Plano Municipal, para ser ativar o distrital e para depois ir para o nacional. Quer dizer, vamos ver se nos entendemos.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - É assim: sabe qual é o problema, Sr. Secretário de Estado? É que continuo a achar, se formos analisar cada incidente, que o que se passa é que o senhor tem, ao nível operacional, a assunção dos patamares e, depois, não tem ao nível da coordenação entre as entidades. E porquê? Porque não acionam os planos. O problema é esse. E o facto de o Plano Municipal não ter sido ativado não impede que o distrital seja ativado, pelo contrário, Sr. Secretário de Estado. E depois, a lógica é...

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Não, não, não confunda o princípio da subsidiariedade! Nós temos que nos entender sobre isto não numa lógica aqui de pedir explicações sobre o que se passou mas de entender o que é que a lei diz e saber exatamente como é que se aplica. Nós não podemos confundir aquilo que é o princípio da subsidiariedade, que é quem está mais próximo do problema resolve-o, e só sobe ao patamar seguinte...

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - Óbvio!

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Não, não, quem está mais próximo deve...

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: - Identificá-lo!

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Identificá-lo e resolvê-lo ou tentar resolver, se tiver meios e recursos. Quando acabam os meios e recursos do patamar municipal, sobre ao distrital.

Ó Sr. Secretário de Estado, mas se tiver um incidente de dimensão distrital e pelo fato de os municípios não terem ativado, podemos dizer que, ao nível da regulamentação da Lei de Bases, temos que resolver - por isso é que eu pergunto pela regulamentação da Lei de Bases - as consequências da não ativação dos Planos Municipais, mas isso não exime a responsabilidade de o patamar distrital o fazer, até porque, nós sabemos, os recursos que existem são aqueles que estão em cada concelho e, portanto, ou se ativam esses mecanismos ou tem presidentes de câmara que, por muito que condenemos no sentido ético-social, tem que haver a capacidade de resolver o problema. Não é dizer «é condenável mas não temos capacidade depois de dar resposta».

Portanto, temos exatamente que ver...

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: - Estamos a dizer a mesma coisa!

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Não, não estamos porque os Planos Distritais continuam a dizer que não foram ativados porque os municipais também não o foram.

Sr. Secretário de Estado, se houver uma calamidade no país, o senhor fica à espera que os 308 municípios ativem os Planos para os poder?... Não faz sentido, Sr. Secretário de Estado. Mais: pode haver situações em que o Plano Municipal está ativado e, em simultâneo, seja o distrital. E a lei permite-o, Sr. Secretário de Estado.

Portanto, quando fiz a primeira pergunta, que foi a relação do Estado com os bombeiros e disse «Estado, Administração Central, Administração Local tem a ver não só com o financiamento mas também com a relação que os bombeiros têm», e pus a questão de que as corporações de bombeiros dependem, organicamente, da associação humanitária mas, funcionalmente, da Autoridade Nacional. E na minha perspetiva, quando digo que é preciso redefinir a relação do Estado com os corpos de bombeiros, é preciso fazer pensar não só no financiamento mas, quando falamos do financiamento, temos também que definir as relações funcionais que existem entre os corpos de bombeiros e a Autoridade

Nacional mas também entre os corpos de bombeiros e as câmaras municipais, Porque, de facto, nós temos também de pôr no papel do Sr. Presidente de Câmara que não consegue sequer avançar com um processo disciplinar num corpo de bombeiros, nem tem, funcionalmente, a ligação que Autoridade Nacional tem. Um corpo de bombeiros, quando vai para um incêndio, tem que comunicar à Autoridade Nacional o despacho de meios mas não o faz ao Serviço Municipal de Protecção Civil.

Portanto, temos que redefinir esta ligação toda porque se queremos os patamares efetivamente municipal, distrital, nacional ou intermunicipal ou regional, como queiram fazer, temos também que definir qual é a ligação. E isto porque nós temos os três pilares nos três níveis. O problema é que depois falha porque a assunção é desnivelada, e é por isso que temos este problema no terreno. Porquê? Porque nós temos o patamar político, o patamar de coordenação e operacional. O operacional vai subindo, o outro não pode intervir no operacional..., quer dizer, começamos a cruzar aqui e o resultado é este que se vê.

Portanto, esta é a minha análise da questão e quando eu pergunto se não temos que refletir, acima de tudo, a começar por aí, a saber como é que, hoje, a Lei de Bases está a ser interpretada e aplicada, para sabermos o que deve ou não deve mudar ou se basta aplicar a lei. Porque temos muito a tendência, quando a lei não se aplica, não perguntar por que é que não se aplica mas ir a correr mudá-la. E depois a lei volta a não aplicar-se e voltamos a fazer o mesmo.

O Sr. Coordenador: - Pode terminar, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): - Vou já terminar.

E enquanto esta questão não estiver resolvida também da relação que os corpos de bombeiros devem ter com as câmaras municipais, que tipo de relação funcional é que vai existir porque o Sr. Ministro falou em aumentar a fiscalização do financiamento e as câmaras também porque as câmaras também têm que ser chamadas à sua assunção de responsabilidade, no que refere à relação funcional.

Sr. Presidente, peço desculpa, mas é só mais uma questão: o Sr. Ministro falou em 7 milhões de euros para os equipamentos e eu pergunto quantos equipamentos é que efetivamente vão ser adquiridos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito rápido.

Duas questões, sendo que a primeira, no fundo, é para transmitir apenas a seguinte preocupação: nós continuamos a construir muito o modelo a partir do local e do nacional e a consolidação de um modelo intermunicipal é fundamental e a sensação que, ainda por cima, temos é de que isso era fundamental com uma articulação muito profunda entre o trabalho feito, ao nível do Ministério da Agricultura ao nível do Ministério da Administração Interna. E explico: nós temos algumas experiências de gabinetes técnicos florestais intermunicipais e sapadores intermunicipais. Portanto, no domínio do Ministério da Agricultura, seria muito interessante que tivéssemos planos de emergência intermunicipal com a mesma geografia, que tivéssemos um comandante operacional intermunicipal com a mesma geografia. E isso tem que ter uma lógica na base das NUDE III, mas devem ser células apesar de tudo mais pequenas, isto é, organizações mais pequenas do que a NUDE III. Portanto, a NUDE III parece-me excessiva para resolver este problema de base intermunicipal, que devia ter uma pertinência geográfica mas não devia passar, digamos, do nível municipal para o intermunicipal porque o nível intermunicipal, a esse nível, parece-me excessivo para resolver o problema da operacionalidade. E lamento porque os Programas de Emergência Municipal continuam todos a ser feitos com base municipal e existe pouco incentivo a que se faça em termos intermunicipais. Portanto, essa é a minha maior preocupação, digamos, daquilo que estamos a construir para o futuro.

Depois, ainda um pedido: o Sr. Ministro fala-me em investimentos, investimentos, investimentos, investimentos em meios alternativos de vigilância, investimentos em comunicações, investimentos em equipamentos individuais de combate, investimentos em bases logísticas. Aqui, a preocupação principal é saber se temos uma programação, isto é, se o Sr. Ministro nos poderá fornecer *a posteriori* para, naturalmente, integrarmos dentro do nosso relatório, a programação que o Governo tem prevista num horizonte razoável de 2017 ou 2018.

Sei que este Governo cumprirá o seu mandato estritamente até ao momento para o qual foi eleito, mas, de qualquer maneira, estas são

matérias que ultrapassam a legislatura e, portanto, para, pelo menos, ter uma ideia à partida daquilo que deve ser esta programação e, depois, naturalmente, o próximo Governo tomará decisões sobre essa matéria, mas a ideia de que o Estado tem uma programação independente dos Governos, no que diz respeito aos investimentos em Proteção Civil.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco, não referi um ponto que me parecia importante e que é o seguinte: como já disse, temos acompanhado os trabalhos desta Comissão e, de resto, conversado com alguns dos Srs. Deputados, que aqui têm desenvolvido este trabalho, e não queria deixar de chamar a atenção para a circunstância de, no próximo mês, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, nós queremos aprovar o dispositivo especial dos incêndios florestais para o ano de 2014. E era muito útil para nós que aquilo que puder ser incorporado, em resultado do trabalho desta Comissão, o pudesse ser, evidentemente. Todos temos a noção de que, quanto a algumas das matérias, não é possível, de todo, fazê-lo, mas um resultado atempado das conclusões desta Comissão teria, adicionalmente, essa vantagem, a de podermos fazer repercutir, naquilo que fosse possível, algumas destas conclusões, no dispositivo. Este era um ponto importante.

O segundo ponto era para dizer o seguinte sobre a questão de nos questionarmos se devemos ou não fazer a aquisição dos Canadairs, quando se diz «mas afinal é para três meses...».O problema é que nós não encontramos esses meios no mercado para alugar com facilidade e a preços que sejam razoáveis e, portanto, o que tem acontecido é que ou os serviços de proteção civil conseguem mobilizar meios de países terceiros ou, então, é o Ministro da Administração Interna, que tem a sorte de ter boas relações com o ministro do interior de Espanha ou de França ou, ao abrigo do mecanismo europeu, como aconteceu no ano passado, se conseguem mobilizar os da Croácia, ou, então, Srs. Deputados, a aflição em que estamos quando, por exemplo, temos dois grandes incêndios a lavrar no país com largas dezenas ou centenas de outros no mesmo dia, faz aquilo que os senhores já ouviram aqui, na Comissão, que é a dispersão dos meios

aéreos, a dificuldades de acorrer a situações que existem um pouco por todo o lado, estando definido quais são as prioridades que têm que ser cumpridas e quais são os procedimentos que têm que ser seguidos. O problema é que, quando ao mesmo tempo, no mesmo dia, temos dezenas ou centenas de ignições e temos, por exemplo, incêndios de grande dimensão.

Depois, ainda há aqui uma outra matéria, que é o seguinte: em algures, por exemplo, no ano passado, a determinada altura, no incêndio do Caramulo – eu fui mantendo uma ligação muito estreita com os presidentes de câmara e fui acompanhando também de forma muito estreita a situação e diziam-me «Sr. Ministro é incompreensível os aviões ou os helicópteros não virem para aqui». E, na altura, foi um dos dias em que tivemos mais meios aéreos a voar porque estavam dois de Espanha, dois de França, três da Croácia, para além daqueles que nós tínhamos. E a questão é que essa diversificação de meios é também importante para determinado tipo de condições operacionais. Por exemplo, em determinada altura, não era possível, num ângulo que era mais favorável para o ataque àquele incêndio, haver a penetração de meios aéreos tipo Canadair porque a cortina de fumo, que estava estabelecida, pura e simplesmente impedia que se fizesse aquela manobra que era aconselhável, do ponto de vista operacional, para atacar o incêndio. Mas já era possível fazer com outro tipo de meios aéreos. E, portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias.

Agora, o que eu sinto, ao fim de dois anos, é o seguinte: nós, como país, decidimos que não comprávamos Canadairs e comprávamos helicópteros pesados – e não estou a dizer isto em termos de crítica mas apenas a fazer uma constatação porque foi uma opção que foi feita, foi explicada e, de resto, li todo o estudo que fundamentou essa opção – e a verdade é que, seis ou sete anos depois, há um consenso entre todos aqueles que intervêm neste domínio para dizer «nós precisamos de ter, pelo menos, uma parelha de Canadairs». Isso é evidente. E quem conhece, no terreno, o efeito que tem a intervenção desse tipo de meios aéreos e sabe qual é a repercussão que tem em determinadas circunstâncias - não em todas evidentemente -, sabe bem qual o efeito que isso tem.

Não é fácil encontrar isto, mesmo com tempo, de um ano para o outro, porque estes meios não abundam e a maior parte deles são propriedade mesmo dos Estados, haverá, com certeza, privados que também os têm, mas não tem sido nada fácil esse tipo de situação e eu acho que nós devíamos, porventura também quanto a outras medidas

compensatórias, abordar esta questão de não deixar o país sem este instrumento fundamental.

Acresce que aqui há uma enorme vantagem: é que, ao contrário do que acontece com os meios próprios que temos do Estado, estes podem ser operados a partir da Força Aérea, por exemplo, e isso é de uma enorme vantagem de sinergia, de conjugação, entre a estrutura da Força Aérea e a Proteção Civil, e, portanto, acho que, compreendendo a objeção, compreendam também que não podemos por sistema, enquanto país, em cada verão, recorrermos à generosidade, amizade, solidariedade dos países amigos neste domínio para termos aqui capacidade de fazer face a estas situações. Julgo que isso é evidente para todos. Mas compreendo a objeção que é colocada.

O Sr. Deputado Miguel Freitas, põe aqui a questão de mandarmos aquilo que já temos de programação para os próximos anos, e eu farei chegar isso junto do Sr. Presidente da Comissão. Tem, portanto, toda a razão e acho que faz sentido pôr essa questão, mas quanto àquilo que temos de programação é um bocadinho aleatório porque, enfim, há um desgaste de material em determinado tipo de circunstâncias, mas, enfim, do que temos programado quanto a comunicações, equipamentos individuais de proteção de bombeiros... mas já é muito mais difícil do ponto de vista do parque de viaturas porque sabe qual é o procedimento que tem sido seguido em relação a essa matéria. É mais difícil, mas na parte das bases logísticas e de equipamento logístico, que consideramos importante para os próximos anos, bem como de material e equipamento necessário para formação e treino dos bombeiros também nos próximos anos.

São estas, julgo, as áreas onde, neste momento, é mais fácil dar essa informação, acrescentando aqui aquilo que são, neste momento, as prioridades em termos de ou reformulação ou novas instalações de corporações de bombeiros. E digo algumas de cor, por razões diversas e motivos diversos, como a corporação de bombeiros de Cinfães, que tem péssimas condições de instalação, Vieira do Minho por razões diferentes que tem a ver com a natureza estrutural do equipamento que foi construído, Barcelinhos, Sabrosa, Sabugal – continuo a dizer de cor -, vamos ter em Espinho uma nova instalação mas isso por razões diversas que resultam da fusão dos espinhenses com os Bombeiros Voluntários de Espinho mas esse é um caso especial. Está-se a construir ou a melhorar a situação, neste momento, de Alijó. Enfim, há uma série delas. Estou agora a dizer aquelas

que me ocorrem no momento. Mas, no fundo, as prioridades são estas. O caso de Cinfães é um dos casos mais complicados, onde, de facto, é muito má a instalação e eu pensei até que já não havia daquilo no país, mas há. E, portanto, é uma das prioridades que temos. Basicamente, digamos que são estes os trabalhos que estão a decorrer.

Queria ainda dizer que, neste âmbito, é possível dar essa programação e acho que faz sentido que a Comissão e a Assembleia a tenha.

Depois, a Sr.^a Deputada Isabel Oneto coloca uma questão absolutamente decisiva nesta matéria e eu concordo com a questão que a Sr.^a Deputada coloca. E o problema que se põe em relação à lei – e eu acho que não, e acompanho a Sr.^a Deputada nessa perspetiva – é que ela não tem hoje... Bom, uma coisa é dizer «não precisa de ativar o municipal para ir ao distrital e, depois, para ir ao nacional». Com certeza que, aí, estamos de acordo, mas não há na lei consequências, e eu acho que devia haver, para o facto do não cumprimento de acionamento de planos que estão previstos, que estão aprovados, que devem ser acionados verificado determinado tipo de circunstâncias, mas que não são acionados, então, o que é que acontece? Não é o que acontece do ponto de vista operacional porque isso eu sei e é «faz-se apesar de». Agora, há um conjunto de estruturas, como a Sr.^a Deputada disse, que estão nos municípios e que não podem deixar de estar nos municípios e não faz qualquer sentido duplicá-los, o que seria uma pura estupidez, do ponto de vista do país. Todos estamos de acordo com isso. Quer dizer, mas podem ser recusados numa circunstância dessas? Pergunto eu.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): - Tem de haver consequências!

O Sr. Ministro da Administração Interna: - Exatamente.

Portanto, há aqui um conjunto de matérias que, de facto, do ponto de vista legal, não podem ficar na boa vontade, que têm tido, devo sublinhar, sempre, e numa estreita cooperação que tem existido sempre, devo dizer, e sem exceções. Mas, de facto, não pode ficar nessa boa vontade. Não pode. Quer dizer, do ponto de vista legal, podemos ter um problema sério por causa disto. E não é por menor capacidade operacional, é porque quem, a um determinado nível, tem que disponibilizar porque está previsto no plano que disponibilize, naquelas circunstâncias, determinados meios, não pode

hesitar ou criar uma questiúncula qualquer, o que, devo dizer, não tem acontecido, e, repito, não tem acontecido nunca e devo até sublinhar a excepcional colaboração dos Srs. Presidentes de Câmara. Nós temos feito as coisas muito prontamente para que seja pago tudo a tempo e horas, reconhecendo a dificuldade das câmaras municipais, e, portanto, o mais rapidamente possível e por formas expeditas. E julgo que tem sido dito isso pelas câmaras municipais onde, infelizmente, tem havido incidentes desses. Esse tipo de questões não tem sido colocado.

Mas, de facto, do ponto de vista da estrutura, não pode ficar ao critério da boa vontade de cada um, seja qual for o nível. Não pode ser. Quer dizer, não pode ficar ao critério da boa vontade do comandante nacional da Proteção Civil enviar ou não um meio, que é considerado necessário, para um determinado incidente, qualquer que ele seja, podendo até não ser fogos, numa questão que tenha a ver com a proteção civil a determinado nível. Isso não pode ser. E o contrário também tem de ser verdadeiro. E, desse ponto de vista, nessa matéria, acho que a nossa lei não vai tão fundo como devia ir. E eu acho que, de facto, há algumas questões que, do ponto de vista do entrecruzar da responsabilidade política com a responsabilidade operacional, não faz mal nenhum que se clarifique na lei.

Nestas coisas, não pode haver cinzento, é preto e branco. Quer dizer, é para ali que se vai, mandou-se, cumpre-se e executa-se e, depois, no fim, far-se-á a avaliação. Mais não pode haver uma assembleia coordenadora de operações. Isso não existe. As coisas têm que ser claras e, à medida que se vai subindo no patamar, cada um deve assumir as suas responsabilidades sem curto circuitar as responsabilidades dos outros, tem de ser tudo absolutamente claro, quer dizer, quem intervém, como intervém, quem dá a ordem, quem faz, quem cumpre, com que procedimentos. Isso tem que ser evidente. O país não ganha, ninguém ganha, em termos de confusão nesta matéria. Repito, não estou a dizer que existe, estou a dizer que acho que algumas destas matérias merecem ser clarificadas para não dar azo a questões.

Depois, o Sr. Deputado Maurício Marques falou-me da questão do fogo tático. Também já tive oportunidade de dizer o que penso sobre isso. Acho que isso é uma matéria muito difícil, com toda a franqueza o digo. Alguns Srs. Deputados gostam muito de encontrar aqui pontos de fricção, que, de resto, não há, com o Ministério da Agricultura. Mas não percebo por que é que, verificados determinados requisitos técnicos de formação e

de credenciação, há de ser uma entidade única em Portugal a ter o exclusivo da competência nesta matéria. E, ponto, não percebo. Até porque é muito simples.

Agora, e sendo um bocadinho desafiador, direi que se essa entidade quer ter esse exclusivo, eu, no próximo mês, posso enviar para essa entidade um trabalho de proximidade com as autarquias e todas as corporações de bombeiros de todos os sítios em que, em Portugal, nós entendemos que deve haver fogo tático, em condições de estar pronto um mês antes dos incêndios florestais. E, nessa altura, veremos se essa entidade tem capacidade para fazer aquilo que é preciso fazer no país, do ponto de vista da prevenção.

Portanto, considero que aquilo que se passa em relação a essa matéria é uma chinesice, como muitas vezes acontece em Portugal, de sequestrar competências que, devemos reconhecer com certeza, não podem ser usadas de qualquer forma porque são coisas de grande responsabilidade, que exigem formação e credenciação muito específicas, mas que não se tem de fazer exclusivamente em Portugal. Eu tenho disponibilidade para mandar alguns daqueles que podem fazer esse tipo de trabalhos, por exemplo, a Espanha, fazer formação e credenciação nessa matéria.

Portanto, quero ser muito claro sobre esta matéria. Quem quer requisitar e sequestrar para si uma competência que, depois, não tem capacidade de responder, no terreno, às questões que são colocadas, não o pode fazer. E isto que fique muito claro. Porque, geralmente, quem sequestra esse tipo de competências leva sumiço em julho, agosto, setembro e, muitas vezes, durante o mês de Outubro, leva sumiço, não aparece, não assume responsabilidade de coisa alguma. E eu gosto muito daqueles que são muito ciosos das suas competências, mas dão a cara e assumem as suas responsabilidades. Isso que fique muito claro. E, portanto, nesta matéria, sou muito intransigente.

O problema não é quem tem a competência legal para fazer fogo tático, o problema é saber que competências temos para fazer fogo tático e se as competências que temos são as necessárias para satisfazer as necessidades que o país tenha para fazer as ações de prevenção em tempo, em coordenação com as autarquias locais, em coordenação com as GIFS, com as associações de proprietários, com os bombeiros, em cada um dos locais, para fazer tudo aquilo que deve ser feito nesse domínio para evitar problemas maiores na fase crítica do problema. Para mim, é puramente

assim. Se é a entidade que, neste momento, tem essa competência, por mim, encantado da vida. Agora, terão um caderno de encargos que têm que satisfazer no tempo oportuno e, na altura, não vai haver desculpas se disser «só temos x equipas, não temos capacidade de fazer mais isto e não temos capacidade de fazer mais naquilo». Não, isso não existe. E, portanto, isso, para mim, é muito claro e é de pura responsabilidade uma vez que nós não podemos deixar de fazer aquilo que temos que fazer, neste domínio da prevenção, que é muito importante. Fica muito clara essa matéria. Eu não gosto de ter papas na língua sobre isto e devo dizer que me irrita o comportamento de algum tipo de instituições em matérias como esta. Irrita-me. Quer dizer, não faz sentido, é aquela lógica do «nem faz nem deixa fazer» ou, então, faz menos do que aquilo que é necessário e não deixa ninguém mais fazer porque, enfim, porque é assim. Bom, isso não faz nenhum sentido e eu quero ser muito claro sobre esta matéria, repito, muito claro sobre esta matéria, sem prejuízo do contributo, da importância e do relevo do trabalho de muitos técnicos da administração florestal e do Ministério da Agricultura em relação a esta matéria. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Agora, eu não consigo compreender, do ponto de vista legal, este sequestrar de competências, que não faz qualquer sentido. Ou, então, em contrapartida, ficam com o exclusivo das competências mas respondem a todas as solicitações. É muito simples. E eu, nesta matéria, não vou deixar esconder nenhuma das questões que são que são colocadas, quer dizer, eu não vou aceitar mais que alguém de um determinado serviço diga «nós fizemos tudo o que havia a fazer, tudo, cumprimos tudo» e, por exemplo, no incêndio do Algarve - o Sr. Deputado Miguel Freitas conhece bem a situação -, nós tínhamos, desde 2003, 250 quilómetros de faixas de descontinuação, que tínhamos que ter construídas, e tínhamos 50 conforme comprova o relatório de há dois anos. Quer dizer, isto não pode acontecer. Não pode. Porque, evidentemente, as pessoas vão fazer declarações para as televisões, que se consomem naquele momento, de «está tudo feito» e, depois, nós vemos nos relatórios - bem sei que são três meses depois - onde é que estão as vulnerabilidades, o que não quer dizer que nós não as tenhamos também porque as temos e muitas e temos que as corrigir, mas, pelo menos, não se façam afirmações temerárias como essas. Quer dizer, é muito simples, eu não estou a inventar coisas, estou a dar um facto concreto, reportado num relatório de há dois anos a propósito do incêndio

do Algarve. E quanto a isso não há aqui qualquer questão e muito menos com a Sr.^a Ministra da Agricultura, que tem, devo dizer e sublinho, um interesse e uma particular atenção a estas matérias.

Agora, comigo, nos serviços, nestas matérias, não fazem aquilo que é habitual fazer em Portugal. Desculpem, mas não pode ser! Não pode ser! E nós temos que fazer a avaliação muito correta de cada uma destas situações. Não pode ser!

O ponto três é sobre a questão que os Srs. Deputados põem em relação aos Planos de Emergência. Sobre isso, queria dizer aqui que temos alguns Planos de Emergência que ainda são da primeira geração e alguns já são da segunda. A verba que foi disponibilizada para se fazer aqueles planos de risco que, no fundo, agregassem, complementassem e entrosassem os diversos Planos de Emergência Municipal, tem ainda muitas dificuldades. Julgo que isso tem muito a ver com o facto de as SIMS serem ainda estruturas um pouco incipientes em alguns sítios, embora nuns sítios melhor do que noutros, com certeza, mas são ainda relativamente incipientes, com pouca estrutura, pouco lastro, do ponto de vista da capacidade de poder andar com processos desses. Mas eu queria aqui sublinhar que subscrevo, de forma absoluta e na íntegra, as palavras do Sr. Deputado Miguel Freitas, até porque nós já temos falado, várias vezes, sobre isto, sobre esta matéria. Quer dizer, nós temos mesmo que, nas matérias da proteção civil, encetar, com passos decisivos, o caminho do multimunicipalismo de territórios integrados na perspetiva dos riscos e das necessidades operacionais, para além daquelas que são próprias do município. Nós temos a perceção disso e eu sei que os senhores se dedicam muito, mas, quer dizer, não vale na pena, o risco, de facto, não se esgota na fronteira do município, é integrado e até pode ser potenciado pelo município ao lado e, portanto, não faz sentido que, deste ponto de vista, não se trate de forma integrada os riscos e não se tratem, a seu tempo, de forma também integrada, as capacidades operacionais que um determinado território, município ou mais do que um município, deva ter para fazer face a esses riscos. Isso é que faz sentido e isso é que, do ponto de vista racional, nós temos de conseguir, num quadro de cooperação, sem que seja o Ministro da Administração Interna que impõe, mas temos de fazer pedagogia neste sentido com os Srs. Presidentes de Câmara, o que considero muito importante e com todas as corporações de bombeiros. E devo dizer que esse caminho tem sido feito. As pessoas começam a

perceber que nem todas as corporações de bombeiros tem que ter exatamente os mesmos carros, duplicando capacidades instaladas que, depois, são utilizadas de forma muito esparsa, em alguns casos, e que, do ponto de vista dos instrumentos e dos meios operacionais, temos todos tudo a ganhar porque também cada uma das corporações não está a investir em duplicado, em triplicado ou em quadruplicado para aquilo que são as necessidades de um determinado território e, repito, temos tudo a ganhar em fazer essa coordenação de meios disponíveis num determinado território.

Não se trata aqui de acabar com corporações de bombeiros. Não, não é nada disso. É, num determinado território, as corporações que nós temos partilham, de forma planeada entre si, as aquisições e os instrumentos operacionais que são necessários para fazer face aos riscos instalados nesse território. Isso é que faz sentido. E eu julgo que as dificuldades, que todos estamos a passar, também aguçam a perceção da racionalidade deste sistema.

Agora, como os Srs. Deputados compreendem, nós temos uma cultura instalada de muitas décadas disto, essa pedagogia tem sido feita e eu acho que as pessoas começam a estar despertas para isso. Há sinais e exemplos importantes, como este caso de Espinho, que acho que é muito importante, porque era uma situação que perdurava há 87 ou 88 anos, que foi possível ultrapassar, com uma capacidade de entendimento notável entre as duas direções das associações e, devo dizer, entre os dois corpos de bombeiros e os respetivos comandantes, o que tornou possível a consumação desta situação, que não é única no país porque há mais que estão a ocorrer, e com uma grande sensibilidade os Srs. Presidentes de Câmara em relação a esta matéria. Quer dizer, acho que, finalmente, se começa a pôr em comum problemas que têm sido exclusivamente municipais e que têm sido resolvidos exclusivamente a nível municipal, mas que, do ponto de vista do território, faz sentido que tenham esta perceção mais lata.

Acho que esse caminho está a ser feito, vai ser aprofundado e acelerado nos próximos anos e isso é bom para todos, mas sublinhando este ponto: acho que, de facto, se não tivermos esta perceção multimunicipal, ficamos sempre com deficiências em muitos sítios e ficamos, sobretudo, com excesso de investimento e redundâncias se continuarmos a encarar, à escala do município, as necessidades de um determinado território e,

portanto, isso acho que é um aspeto muito importante. Não se pode decretar isto, mas pode-se e deve-se fazer um caminho neste sentido.

O Sr. **Coordenador**: - O Sr. Secretário de Estado quer acrescentar alguma coisa?

Pausa.

Não havendo mais questões, agradeço ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado pela disponibilidade e pelo importante contributo que deram para os nossos trabalhos.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: - Sr. Presidente, vou mandar, então, aquilo que temos em termos de planeamento, conforme foi solicitado pelo Comissão, presumo que ainda a tempo de ser incluído no relatório.

O Sr. **Coordenador**: - Com certeza. Muito obrigado.

Srs. Deputados, vamos fazer um ponto de situação dos nossos trabalhos e pedia que não saíssem.

Pausa.

Vamos, então, durante mais uns minutos em relação à hora normal em que costumamos acabar, embora, às vezes, também costumamos exceder, fazer um ponto da situação e um balanço dos nossos trabalhos.

Temos ainda uma audição prevista da Sr.^a Ministra da Agricultura que está marcada para o dia 5. Houve aqui algumas dificuldades, tivemos que alterar uma data inicial, que estava marcada. A Sr.^a Ministra está nos Estados Unidos e ficou para o próximo dia 5, a seguir ao Plenário. Não foi possível conseguir outra hora.

Tínhamos algum atraso na descodificação e queremos ver se se acelera também essa vertente.

No nosso plano inicial, para além das audições, tínhamos previsto algumas visitas a determinadas entidades, segundo a nota que aqui tenho, que, creio, foi proposta, aliás, do Sr. Deputado Miguel Freitas, salvo erro, que inclui a visita a duas zonas-tipo, que contemplem concelhos, uma

estrutura de propriedade rural fragmentada, concelhos com elevada taxa de desertificação humana, concelhos com ocorrência de incêndios elevada como, por exemplo, Algarve e Caramulo.

Talvez fosse tempo de pensarmos o que fazer em relação a esta segunda parte dos nossos trabalhos e calendarizar, tendencialmente, essas eventuais deslocações. Gostaria de vos ouvir sobre isso para ver se há alguma ideia mais concreta para este efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Vamos lá ver: a partir de agora, o grande objetivo é sermos eficazes, isto é, procurarmos tentar responder àquilo que são, digamos, as nossas prioridades.

O Governo, até final de Março, quer avançar com o dispositivo e com um conjunto de decisões, procurando incorporar propostas deste Grupo de Trabalho e, portanto, acho que o grande objetivo é ver se conseguimos avançar com essas propostas.

Quanto a fazermos uma visita nesta altura, creio que faz sentido fazê-la à Zona Centro ou à Zona Norte. Portanto, diria que o objetivo do Algarve, que era irmos visitar uma zona onde houve um incêndio há dois anos e verificarmos como é que está a ser feita a recuperação da área ardida, que é uma dimensão muito importante que, muitas vezes, fica esquecida, não me parece que para o relatório, em concreto, seja uma prioridade. Isto é, nesta altura, para o relatório em concreto, a prioridade seria uma visita à Zona Centro ou à Zona Norte, portanto, daquelas que tínhamos visto.

Depois, quanto à questão do relatório, nós fazemos 120 dias, que é o que está no despacho, no dia 26 de Março e o que tínhamos programado com a vinda da Sr.^a Ministra, que deveria ter sido hoje, ganharíamos, portanto, aqui uma semana, mas procuraremos trabalhar no sentido de concretizar, o mais rápido possível, o relatório e, portanto, o objetivo será, até finais de Março, o relatório estar concluído.

Creio que, nesta altura, vale a pena definirmos o método de trabalho para a elaboração do relatório e o que era importante, também nesta altura, era que os Grupos Parlamentares pudessem fazer chegar ao Relator aquilo que é, digamos, o conjunto de questões que consideram essenciais deste debate. Todos nós temos, como disse a Sr.^a Deputada Helena Pinto, uma diversidade enorme de questões. E o objetivo do Grupo de Trabalho não é

fazer um levantamento exaustivo de todas as questões nem de propor um conjunto de propostas para todas as questões, mas é centrar-se naquelas questões mais ou menos consensuais para podermos fazer avançar rapidamente o modelo e, portanto, o que sugeriria - naturalmente estou aberto a qualquer outra proposta de trabalho – era, num horizonte de final da próxima semana, que pudessem fazer chegar, digamos, um quadro de questões que cada Grupo Parlamentar considera como essenciais em que devemos acordar em termos de relatório.

Havia aqui a possibilidade ainda, como tínhamos conversado, de fazermos uma sessão conjunta com todos aqueles que tinham participado nestas nossas audições, portanto, fazer um plenário. A ideia podia ser de aproveitar o tal dia 21, O dia mundial da floresta, para fazer uma coisa dessas. É verdade que o dia 21 é uma sexta-feira e, portanto, não é um dia muito bom para os nossos trabalhos, mas, de qualquer maneira, se houvesse um acordo por parte do Grupo de Trabalho, podíamos fazer desse dia 21, e diria que, nesse dia, já tínhamos o relatório bastante avançado e, portanto, podíamos fazer uma discussão que, depois, veríamos em conjunto como é que podíamos avançar.

Portanto, estas eram apenas algumas reflexões livres que me surgiram com o repto do Sr. Presidente.

O Sr. **Coordenador**: - Concordo plenamente com estas sugestões do Sr. Deputado Miguel Freitas, particularmente em relação a fazer-lhe chegar em tempo e, portanto penso que durante esta semana, mais coisa menos coisa, fixávamos aí uma data limite, para cada Grupo Parlamentar fazer chegar ao Relator o elenco das questões que devíamos associar às duas vertentes do nosso mandato e que são propostas de eventual intervenção legislativa, por um lado, e recomendações ao Governo de medidas a adotar para uma maior eficácia na prevenção e combate aos incêndios florestais. Este é o nosso mandato, independentemente, como é óbvio, de não ser estanque esta visão, embora seja uma visão que está identificada naquilo que é a nossa incumbência e que eu gostaria de ver diferenciada e identificada. Portanto, chamava a atenção de que esses documentos devem ter esta identificação além do mais que se entenda poder lá introduzir.

O Sr. Relator também teria de dizer se, para além do apoio da estrutura do Grupo de Trabalho e do apoio que a Assembleia pôs à nossa disposição, se precisaria ou não de qualquer colaboração mais, qualquer

reforço de jurista ou, enfim, o que entendesse que pudesse facilitar e ajudar na sua tarefa, que é a de todas e de todos a mais exigente, digamos assim

Foi-me posto aqui, há algum tempo, uma ideia – eu já falei sobre isso ao Sr. Deputado Relator e a Sr.^a Presidente também tinha falado inicialmente que o Grupo de Trabalho poderia produzir alguma coisa *a latere*, para além do relatório final, nesse dia 21, que é o Dia Mundial da Árvore – de que pudesse haver a apresentação de quaisquer iniciativas legislativas.

O tempo não é muito e eu acho que a haver qualquer coisa que saia do Grupo de Trabalho, deveríamos ter cuidado – e eu falei nisto ao Sr. Ministro da Administração Interna e ele manifestou alguma disponibilidade –, porque admito que, nalgumas áreas, o próprio Governo tenha já algum trabalho mais avançado que pudesse, eventualmente, partilhar connosco.

Acho que só tem sentido nós avançarmos, se tivermos tempo para isso, até porque acho que também não vale a pena estar a improvisar uma coisa só para cumprir calendário mas fazer qualquer coisa que seja devidamente articulada e fundamentada e, portanto, devíamos selecionar duas ou três coisas ou até uma ou seja o que for, mas aquilo que for que seja consensual, enfim, um projeto qualquer que possa ser subscrito por todos os Grupos Parlamentares. Acho que isso era importante que nós identificássemos... É possível que nalguns domínios legislativos não tenha que haver uma unanimidade, o que não é essencial, vamos identificá-los e, depois, naturalmente, cada Grupo Parlamentar terá, na sequência legislativa, a liberdade própria dos seus pontos de vista mas, para dar um sinal de estar já a fazer alguma coisa com projeção externa, acho que era importante, se esta ideia tiver vencimento, que identificássemos qualquer coisa que tivesse algum significado, algum simbolismo, mas que, acima de tudo, acho que isso era muito importante, que nós déssemos aqui um sinal de consensualidade mínima numa iniciativa que pudéssemos eventualmente apresentar.

Para isso, era, obviamente, indispensável que tivéssemos as áreas das questões legislativas identificadas e, depois, fazermos o trabalho e «desde já vamos tratar desta e desta porque aqui há um consenso». O que importa, sim, é o seu sentido, o seu alcance e o seu significado - e insisto nesta ideia da consensualidade.

Em relação às visitas, acho que a prioridade é de prepararmos para a elaboração do relatório e talvez reduzíssemos isto a uma visita e, a ter que

fazer uma coisa, seleccionávamos aqui uma visita, embora o tempo vá escasseando, mas, pronto, dávamos aqui também alguma presença no terreno, digamos, que, penso, é o que falta daquilo que tem sido o nosso trabalho e aqui o registo de audições. Fomos também à Proteção Civil, recebemos aqui uma série de entidades, temos recolhido inquéritos a várias entidades a quem pedimos que se pronunciassem por escrito e, portanto, acho que esta vertente também tem a sua relevância para darmos aqui uma projeção para fora da Assembleia.

Portanto, queria que pensássemos, dentro desta ideia, em ir ali à Zona Centro, que é uma das zonas que são mais vulneráveis e têm sido mais expostas aos incêndios e às estruturas locais, e combinaríamos, depois, a data mais adequada para isso.

Mais alguma coisa?

Pausa.

Qual era, então, a data que fixávamos para os Grupos Parlamentares fazerem chegar ao Sr. Relator...

Uma voz não identificada: - Final da próxima semana!

O Sr. **Coordenador:** - No final da próxima semana? Pronto, mas, de qualquer maneira, como não estão cá todos os Srs. Deputados, eu pedia que fizesse uma nota por *mail* nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): - Sr. Coordenador, acho que o que o Sr. Coordenador disse e que disse também o Sr. Relator é o que de essencial se tem de fazer.

Só aqui, pragmaticamente, sugeria que a visita que fizéssemos fosse ao Caramulo, que foi onde se deu o último grande incêndio e, portanto, temos ali possibilidade. E, eventualmente, como a deslocação será daqui lá e regresso, acho que valeria a pena passar pela zona do pinhal do Centro, não propriamente num sítio que tenha ardido, mas num sítio que não tenha ardido.

O Sr. Deputado Miguel Freitas está a dizer Mortágua ou, eventualmente, as matas nacionais, como a zona da Marinha Grande ou, se

possível, as duas porque a visita é quase que passar de automóvel, não é muito mais do que sugeria.

A questão que o Sr. Deputado Miguel Freitas levanta de haver um Plenário, acho que a questão, na minha opinião, não era um Plenário que este pressupõe uma participação e discussão, mas, eventualmente, a apresentação do relatório é que acho que deveria ser feita de forma pública e, aí, poderemos, eventualmente, fazê-la e dizer a todas as pessoas que ouvimos e que deram contributos que o vamos fazer e o sítio onde o vamos fazer e convidá-los, informalmente, para, caso queiram assistir a essa apresentação, poderem estar presentes. Fazer um Plenário para um debate para acrescentar, embora isso não tenha nada de perigoso tem é o facto de haver um debate quando já não há nenhuma consequência dele.

O Sr. **Coordenador**: - Eu percebo, eu percebo, quer dizer, a visão é de que cada um já deu o seu contributo, nós já o temos e, se precisarmos de mais alguma coisa complementar, naturalmente que lhes pediremos e, por isso, talvez tenha realmente mais sentido esta sugestão do Deputado Abel Baptista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Sr. Presidente, também é só para fazer algumas reflexões e a colocação de algumas dúvidas.

Não tenho nada a opor à metodologia apontada. Confesso que me parece muito apertada, Sr. Relator, mas quem tem que fazer o relatório...

O Sr. **Coordenador**: - O problema é que o desaperto inicial provoca um aperto final!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Exatamente. Acho que também nos sentimos responsáveis porque, na prática, temos o mês de Março e, se quisermos cumprir o prazo, pode-se ir uns dias, uma semana, e por aí não vai... Repito, temos o mês de março, mas ainda nos faltam audições e os partidos só no final da semana que vem é que vão dar o tema e, depois, há aqui uma coisa, penso eu, que é o período de discussão do relatório propriamente dito, em que não podemos deixar sozinho o Deputado Relator.

A discussão do relatório, que é ponto alto onde podemos convergir ou não, embora eu suponha que vamos convergir, mas onde, se não há *brainstorming*, também não vamos a lado nenhum, estamos a fazer uma compilação do que nos disseram. Esse é o período «quente» deste Grupo e eu estou a ver isto muito apertado, sinceramente, mas acho que temos de pôr isso em cima da mesa.

O Sr. **Coordenador**: - Mas, Sr.^a Deputada Helena Pinto, eu não percebi bem a sua intervenção inicial em que disse «que era curto o tempo que era dado aos Grupos Parlamentares para apresentarem sugestões».

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Não, não, é curto para o trabalho final.

O Sr. **Coordenador**: - Ah, muito bem, muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Não, para isso, uma semana até acho que mais do que suficiente, embora tenhamos que rever a matéria toda.

Uma voz não identificada: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Pois, acho quem sim, acho que mais vale prevenir e vamos prevenir e depois, na véspera, é que vamos dizer.

Agora, quanto à questão dos Grupos Parlamentares - e é uma dúvida que tenho -, não sei se não seria mais produtivo para o Sr. Deputado-Relator que os Grupos Parlamentares tivessem o seu limite de questões a colocar e não dizer «posso pôr tudo» porque, por exemplo, eu até posso pôr 100. E, quanto a isso, pergunto se não deveríamos ter uma indicação - claro que não é aprovada - como, por exemplo, 10 questões fundamentais, que é para nos obrigar, desde já, ao esforço da escolha porque, se não, são 100. E, então, para haver um exercício, até porque isto é interno, vamos ver o que é que cada Grupo Parlamentar escolhe, não vão escolher todos a mesma coisa, a gente já sabe como é, e, depois, o trabalho fica muito mais facilitado a seguir. Se não concordarmos e quisermos as 100, isso a gente também pode fazer. Isso é uma coisa aqui, entre nós. Eu punha 10.

O Sr. **Coordenador**: - Pode-se, pelo menos, pôr o método de indicar as primeiras 10 prioritárias e o Deputado Relator já sabe que aquelas é que são as essenciais e, se alguém quiser pôr 11 ou 12... também vai a 13, depende de ser supersticioso não, mas pode passar para o 14!

Risos.

Mas acho bem que haja uma ideia tendencial para, pelo menos, se perceber o que é que cada Grupo Parlamentar considera prioritário. E é evidente que, se queremos ajudar o Relator, não o vamos encharcar porque encharcado já ele está e estamos todos de muita documentação e de muita informação. Portanto, temos de ser seletivos e ter a capacidade de hierarquizar a importância das coisas e selecioná-las.

Agora, a questão que colocava era esta: fixamos aqui até final da próxima semana para fazer chegar ao Sr. Deputado Relator esses elementos e eu fiquei sensível à preocupação da Sr.^a Deputado Helena Pinto, e, dentro dessa preocupação de partilha das preocupações da Sr.^a Deputada Helena Pinto, a pergunta que fazia ao Sr. Deputado Relator era quando é que pensava que poderia ter um projeto que permitisse uma discussão, que era para a gente ver se, eventualmente, este limite que demos para o fim da próxima semana, podia ser necessário encurtá-lo ou não.

Faça favor, Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Peço desculpa, mas vou voltar um bocadinho atrás relativamente à questão das visitas, porque me passou aqui em claro e passou também...

O Sr. **Coordenador**: - Temos de convir que não serão as visitas e, sem prejuízo da importância da audição da Sr.^a Ministra da Agricultura, já temos material bastante que habilite os Grupos Parlamentares a fornecerem as suas preocupações.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Mas, relativamente a isso, penso que concordo inteiramente que seja visitado o Caramulo até porque foi uma das zonas muito fustigadas pelo incêndio e, digamos, é uma má, como me estava aqui a segredar o Sr. Deputado Miguel Freitas.

Depois, penso que era fundamental também visitar Mortágua, porque Mortágua tinha dois interesses para nós: primeiro, porque é um concelho que não tem sido muito fustigado pelos incêndios apesar de ser daqueles que é mais arborizado; depois, porque também está lá instalada uma central de biomassa. Para isso, sendo certo que já tivemos relatórios sobre a biomassa, também era importante percebermos de que forma é que a biomassa era importante e termos a perceção dessa natureza.

Segundo comentário, também concordo que sejamos limitados, até para haver uma objetividade maior, nas questões a apresentar porque, senão, isto é um mar que nunca mais acaba e, depois, obviamente, também há que acelerar um bocadinho este esboço, digamos, inicial para, depois, dar tempo para poder discutir o relatório.

Há mais uma questão, que aqui foi levantada, e sobre que, obviamente, também há a preocupação. E eu já vou até fazer aqui uma proposta e levantar um bocadinho o véu: esta questão do uso do fogo tático é uma coisa que temos que rever e penso que estaremos, eventualmente, todos de acordo.

O Sr. **Coordenador**: - Acho que, em sede legislativa, a gente vai ter de corrigir esta situação.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Essa é uma das coisas que tenho referido sempre e acho que estamos todos de acordo em abrir um pouco as entidades com possibilidade de fazer isto, nomeadamente dar possibilidade aos comandantes de poderem exercer, nos seus territórios, fogo tático. Foi aquilo que eu disse ao Sr. Ministro. Porque é que há uma propriedade de que não se conhecem os proprietários, está cheia de não sei quê, levanta-se a contraordenação mas não se sabe para onde se envia. O Estado, e não vamos ter ilusões, não vai ter capacidade de andar a limpar todo o território que está abandonado e, portanto, então, que essas propriedades sejam utilizadas para isto. Até pode ser que apareçam os donos.

Portanto, esta é uma legislação que, penso, rapidamente podemos fazer e mostrávamos algum serviço, alguma coisa prática, em tempo oportuno, porque esta é uma coisa que, acho, não nos divide muito.

Apartes fora do microfone.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - No fundo, quanto aos dois desafios colocados pelo Sr. Presidente, primeiro, o da capacidade de, até ao dia 21, gerarmos alguma legislação, creio que isso é possível desde que haja o contributo não apenas do Ministério da Administração Interna mas também do Ministério da Agricultura. E estou a referir-me, em concreto, à questão colocada pelo Sr. Deputado Maurício Marques, que é uma questão em que o próprio Ministério da Agricultura também tem vindo a evoluir a esse nível embora com o conhecimento que temos das diferenças que existem nesta matéria. Eu também subscrevo a ideia da Sr.^a Deputada Helena Pinto de que não é fácil mas é uma matéria em que, se todos estamos de acordo, tem de ser mexida. Portanto, se houver margem para chegarmos lá, ótimo, se não teremos que encontrar outro caminho. Mas esta questão do fogo controlado é uma matéria que pode merecer algum consenso não apenas na Assembleia como com o Governo porque acho que aquilo que vier a sair devia ser uma coisa que merecesse também, digamos, um certo consenso nacional.

Relativamente ao compromisso para a elaboração do relatório, aquilo que procurei dizer – não sei se fui explícito – é que a minha ideia é que nós, até ao final do mês de março, tenhamos a proposta para discutir com os Grupos Parlamentares. Quer dizer, vamos lá ver, não tenho aqui o modelo de relatório mas não é exatamente o modelo de relatório a que estamos habituados na Assembleia da República, isto é, nós vamos incorporar muita informação que vem das várias entidades e vamos ter que organizar essa informação e, a partir desse ponto de partida, vamos ter que olhar para o conjunto de propostas, que foram feitas por todos aqueles que cá vieram, vamos ter de incorporar as propostas dos Grupo Parlamentares e, depois, vamos ter que organizar, aqui, o conjunto de propostas de final relativamente ao relatório. E, portanto, é, digamos, esse trabalho que acho que deve estar pronto até final do mês de março.

Portanto, quando eu dizia o dia 26, era a ideia de ter uma primeira proposta de relatório para podermos discutir esse relatório. Estamos a falar em três ou quatro semanas.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): - Não, três, porque se é até ao dia 27 de Março...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Certo, mas, até lá, espero já estar a fazer alguma coisa. Nós já estamos a trabalhar, quer dizer, nós já estamos a fazer algum trabalho.

No dia 8, quando chegarem as coisas, já terei a noção exata, digamos, daquilo que é o trabalho que se segue e do que é que já fizemos. Por exemplo, era importante termos o plano estratégico da formação da Escola Nacional de Bombeiros porque há outras matérias que só organizando o trabalho é que temos a possibilidade de saber se é necessário pedir ou não. Por exemplo, é necessário pedir ao Ministério da Administração Interna que nos faça chegar aquilo que é, neste momento, a adequação de meios, a nível nacional, por distrito? Isto é, temos ou não necessidade de pedir, por exemplo, em termos da questão da profissionalização que, hoje, acabamos por não detalhar, onde é que estão os profissionais e onde é que não existem, portanto, as equipas de intervenção EIPS, não é?

Portanto, no fundo, só depois de olharmos para isto é que eu perceberei se é preciso pedir não mais informação porque aí não é darem-nos informação, tem que ser mesmo o trabalho que tem que ser feito a nosso crédito, digamos, por parte dos serviços da Administração Interna ou dos nossos serviços, embora essa sensibilidade só os serviços (...). Se eu lhes perguntar «onde é que não há a adequação de meios», sem a informação que eles nos forneçam eu não consigo responder a isso, tem que ser o serviço a dizer «aqui existe e aqui não existe». Certo? Quer dizer, aqui é preciso mais e, portanto, tem que ser eles a indicar.

Portanto, só no dia 8 ou, digamos, na semana seguinte, no dia 10, eu estarei em condições de dizer exatamente o que é que precisamos mais.

O Sr. **Coordenador**: - De qualquer maneira, se o Sr. Deputado-Relator, entretanto, for identificando alguma necessidade de mais elementos, vai dando essa indicação aqui aos serviços, que vão antecipando esses pedidos, sem prejuízo de uma indicação mais exaustiva até ao dia 8, mas vamos ganhando tempo, digamos assim, se, entretanto, tiver já identificado alguma necessidade de alguma informação complementar, que se vai solicitando e, se for necessário qualquer diligência pessoal da minha parte, estou inteiramente disponível. E o mesmo digo aos Grupos Parlamentares: se, porventura, para além desta incumbência de fazerem

chegar ao Sr. Deputado Relator aquilo que identificam como prioridades, se entenderem que é necessário pedir qualquer informação mais ou quaisquer elementos mais a qualquer entidade, informem-nos para desencadarmos isso.

Tínhamos ainda de fixar era a data da visita e podíamos fazer já aqui uma indicação provisória.

Voz não identificada: - Pode ser uma segunda ou uma quarta, que é o nosso dia de trabalho.

O Sr. **Coordenador:** - Pois, mas quarta não dá porque há Plenário. Portanto, talvez uma terça-feira seja o ideal.

Voz não identificada: - Depois falamos e eu falo com o Sr. Presidente.

Pausa.

O Sr. **Coordenador:** - Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 46 minutos.